



**FACULDADES MAGSUL**

**CARMEM ALICE ACOSTA**

**O GRAFISMO INFANTIL COMO FONTE PARA O DESENVOLVIMENTO ENSINO  
APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS DE 03 A 04 ANOS DA REDE MUNICIPAL DE  
PONTA PORÃ-MS.**

PONTA PORÃ  
2019

CARMEM ALICE ACOSTA

**O GRAFISMO INFANTIL COMO FONTE PARA O DESENVOLVIMENTO ENSINO  
APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS DE 03 A 04 ANOS DA REDE MUNICIPAL DE  
PONTA PORÃ-MS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Banca Examinadora das Faculdades Magsul de Ponta Porã, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do Prof<sup>o</sup> Esp. Genivaldo Antonio Alves.

PONTA PORÃ  
2019

CARMEM ALICE ACOSTA

**O GRAFISMO INFANTIL COMO FONTE PARA O  
DESENVOLVIMENTO ENSINO APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS  
DE 03 A 04 ANOS DA REDE MUNICIPAL DE PONTA PORÃ-MS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Banca Examinadora das Faculdades Magsul de Ponta Porã, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação do Prof<sup>o</sup> Esp. Genivaldo Antonio Alves.

**Banca Examinadora:**

---

Orientador: Prof<sup>o</sup> Esp. Genivaldo Antonio Alves  
Instituição Faculdades FAMAG

---

Membro: Prof<sup>a</sup> Ma. Bruna Rafaela Bobato Serejo  
Instituição Faculdades FAMAG

Ponta Porã, 11 de dezembro de 2019.

Dedico este trabalho á Deus, o maior orientador da minha vida. Ele nunca me abandonou nos momentos de maior necessidade esteve comigo me guiando a na realização de um sonho. Conduzindo meu caminho firmado na fé de dias melhores, agradeço por me mostrar que devemos passar por obstáculos para compreender que a felicidade é uma construção que só depende de nós mesmo e que nunca devemos sucumbir provações e desafios que aparecem em nossas vidas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço á Deus pela oportunidade de vivenciar essa experiência durante quatro anos, me moldando enquanto profissional e contribuindo para minha formação pessoal. Sou grata a todos que Professores que contribuíram para minha formação acadêmica.

Obrigada aos meus familiares que estiveram me apoiando durante esta jornada por meio de incentivos, sou uma vencedora e tenho orgulho de conquistar minha maior realização até o momento, aos meus colegas de Faculdade que hoje se tornaram amigos foi maravilhoso compartilhar essa experiência com vocês, que Deus em sua infinita bondade possa nos direcionar durante a nossa profissão.

Obrigada Vó: Maria Pedro do Nascimento Acosta.

Obrigada Vô: Nelson Acosta

Mãe: Norma do Nascimento Acosta.

Ao orientador, Genivaldo Antonio Alves

A Professora, Bruna Bobato Serejo

A Professora Emne Mourad Boufleur

A Professora Andrea Jara Peralta Freitas

Aos professores das Escolas Municipais de Ponta Porã – MS.

Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte,  
não temerei mal nenhum, porque tu estás comigo;  
e o teu bordão e o teu cajado me consolam.  
(Salmos 23:4)

ACOSTA, Carmem Alice. **Grafismo Infantil como fonte para o desenvolvimento ensino e aprendizagem para crianças de 03 a 04 anos da Rede Municipal de Ponta Porã-MS.** 80 folhas. Trabalho de conclusão de curso graduação em Pedagogia. Faculdades FAMAG. Ponta Porã-MS.

## RESUMO

Esta pesquisa é resultado de estudos desenvolvidos para a elaboração de um trabalho de conclusão de curso em Pedagogia. A partir do tema grafismo infantil surgiu à questão: qual a contribuição da utilização do desenho infantil como ferramenta avaliativa na prática do docente? A escolha desta pergunta deu-se pelo fato da pesquisadora querer vivenciar a partir da relação do professor/avaliação se a mesma ocorre de fato e de que maneira acontecem baseadas nas práticas pedagógicas adotadas pelo docente. O objetivo geral foi compreender o desenho infantil como fonte de avaliação na prática do docente em um CEINF da Rede Municipal de Ponta Porã-MS. Os objetivos específicos procuram perceber se a relação entre o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos, são possibilitadas pela adesão de formas avaliativas significativas que concerne ao desenho infantil como um instrumento de intervenção pedagógica e metodológica. O referencial teórico deste estudo foi construído a partir de autores que tratam sobre o referido tema, tendo como principal Edith Derdyk (2003) que enfatiza em suas obras as práticas de ensino que contempla as prerrogativas dos desenhos infantis. Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa baseada por um estudo de caso tendo como aporte teórico metodológico Ludke e André (1986), utilizando observação não-participante, questionários como instrumentos de pesquisa. As observações tem o cunho analisar as práticas dos docentes em conformidade das reformulações educacionais na atualidade em seguida da análise de dados e descrição dos resultados alcançados confrontando suas respectivas respostas e referencial teórico. Por meio dos resultados gerados nesse estudo, observou-se que o grafismo infantil é uma importante aliada no processo de ensino e aprendizagem promovendo as reproduções das ações humanas por meio das vivências do indivíduo e nas formas mais complexas que acompanham a trajetória da humanidade. As práticas pedagógicas utilizadas pelo docente dentro de sala de aula são importantes para a contribuição do ensino-aprendizagem transparecendo em ambas o comprometimento avaliativo e metodológico conferido pelo o desenho infantil. Conclui-se que os objetivos pretendidos desta pesquisa foram alcançados e novos estudos podem ser levados a partir dos resultados obtidos.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Desenho Infantil, Avaliação, Metodologia.

ACOSTA, Carmem Alice. **Grafismo Infantil como fuente para el desarrollo enseñanza aprendizaje para niños de 03 a 04 años de la Red Municipal de Ponta Porã-MS.** 80 folhas. Trabajo de conclusión del curso graduación en Pedagogía. Faculdades FAMAG. Ponta Porã-MS.

## RESUMEN

Esta investigación es el resultado de estudios desarrollados para la elaboración de un trabajo de graduación en Pedagogía. A partir del tema de los gráficos infantiles surgió la pregunta: ¿cuál es la contribución del uso del dibujo infantil como herramienta de evaluación en la práctica del maestro? La elección de esta pregunta se debió al hecho de que el investigador quiere experimentar a partir de la relación del maestro/ evaluación si realmente ocurre y cómo suceden en función de las prácticas pedagógicas adoptadas por el maestro. El objetivo general era entender el dibujo de los niños como una fuente de evaluación en la práctica del maestro en un CEINF de la Red Municipal Ponta Porã-MS. Los objetivos específicos buscan comprender si la relación entre el desarrollo de las capacidades cognitivas de los estudiantes es posible gracias a la adhesión de formas de evaluación significativas sobre el dibujo infantil como instrumento de intervención pedagógica y metodológica. El marco teórico de este estudio fue construido a partir de autores que tratan este tema, teniendo como principal Edith Derdyk (2003) que enfatiza en sus obras las prácticas de enseñanza que contempla las prerrogativas de los dibujos infantiles. Para este trabajo, se realizó una investigación cualitativa basada en un estudio de caso, que tuvo como aporte teórico metodológico a Ludke y André (1986), utilizando la observación no participante, cuestionarios como instrumentos de investigación. Las observaciones están diseñadas para analizar las prácticas de los docentes de acuerdo con las reformulaciones educativas actuales, seguidas de un análisis de datos y una descripción de los resultados obtenidos comparando sus respectivas respuestas y el marco teórico. A través de los resultados generados en este estudio, se observó que los gráficos infantiles son un aliado importante en el proceso de enseñanza y aprendizaje que promueve la reproducción de las acciones humanas a través de las experiencias del individuo y en las formas más complejas que siguen la trayectoria de la humanidad. Las prácticas pedagógicas utilizadas por el profesor en el aula son importantes para la contribución de la enseñanza y el aprendizaje, ya que muestran tanto el compromiso evaluativo como metodológico conferido por el dibujo infantil. Se concluye que se alcanzaron los objetivos previstos de esta investigación y se pueden tomar más estudios de los resultados obtenidos.

**Palavras-chave:** Educacion Infantil, Dibujo Infantil, Evaluación, Metodología.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEINF	Centro de Educação Infantil
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MEC	Ministério da Educação
MS	Mato Grosso do Sul
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 1 -</b>	Pintura do Período Paleolítico.....	29
<b>Figura 2-</b>	Pintura do Período Neolítico.....	30
<b>Figura 3-</b>	Hieróglifos Egípcia .....	31
<b>Figura 4-</b>	Período Greco-romana .....	32
<b>Figura 5-</b>	Idade Média.....	33
<b>Figura 6-</b>	Renascimento.....	34
<b>Figura 7-</b>	Neoclássico.....	35
<b>Figura 8-</b>	Arte Moderna.....	36
<b>Figura 9-</b>	Garatujas Desordenadas.....	39
<b>Figura 10-</b>	Garatujas Ordenadas.....	40
<b>Figura 11-</b>	Fase Pré-Esquemática.....	41
<b>Figura 12-</b>	Fase Esquemática.....	41
<b>Figura 13-</b>	Realismo .....	42
<b>Figura 14-</b>	Fase Pseudo- Naturalista.....	43

### QUADROS

<b>Quadro – 1</b>	Identificação dos profissionais da educação.....	50
-------------------	--	----

### IMAGENS

<b>Imagem-1</b>	Avaliação do Desenho da P1.....	56
<b>Imagem-2</b>	Desenho Livre das Crianças.....	56
<b>Imagem-3</b>	Atividades Desenvolvidas pela P1.....	57
<b>Imagem-4</b>	Atividades Desenvolvidas pela P2.....	57

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A INFÂNCIA .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.1 Histórico da Educação Infantil no Brasil.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.2 Aspectos Legais da Educação Infantil .....	19
1.3 Base Nacional Comum Curricular e Educação Infantil.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>2 FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DO DESENHO .....</b>	<b>28</b>
2.1 Trajetória do Desenho na sociedade .....	28
2.2 O desenho como manifestação Criativa .....	37
2.3 Arte componente Curricular na Educação Infantil .....	44
<b>3 METODOLOGIA ADOTADA NA PESQUISA .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1 Procedimentos Metodológicos .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.2 Caracterizações da Instituição Pesquisa .....	49
3.3 Quadro 1 - Identificação dos profissionais da Educação.....	50
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS .....</b>	<b>51</b>
4.1 Conhecendo o Projeto Politico Pedagógico .....	51
4.2 Considerações do Projeto Politico Pedagógico.....	53
4.3 Orientações Pedagógicas do Planejamento .....	53
4.4 Flexibilização Curriculares e Avaliativas.....	54
4.5 Formação Continuada e Adaptações Curriculares .....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>68</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORA .....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE D - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA A COORDENADORA.....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE E - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORAS .....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema o grafismo infantil como fonte para o desenvolvimento ensino e aprendizagem para crianças de 03 a 04 anos da Rede Municipal de Ponta Porã-MS. A importância da temática relaciona-se à necessidade de repensar a qualificação dos educadores perante o perfil educacional em vigor bem como analisar a atualização de conhecimentos metodológicos e avaliativos acerca das representações gráficas. No momento atual que se encontra a formação dos professores em suas diversas áreas do conhecimento, torna-se imprescindível que os educadores mudem sua postura perante as produções de seus alunos, com conhecimentos atualizados, metodologias diferenciadas e significativas auxiliando na construção do conhecimento do aluno afim de fornecer subsídios para o desenvolvimento global de suas potencialidades.

Considerando esta perspectiva as produções gráficas merecem destaque, pois contribuem de forma direta no desenvolvimento das habilidades gráficas, sócioemocionais e motoras do indivíduo. Parte-se do pressuposto que os professores são os principais observadores deste processo, na qual podem assegurar por meio do conhecimento da análise do desenho as hipóteses que as crianças têm ao utilizar o desenho como meio de representação simbólica.

A escolha do tema surgiu depois de uma experiência vivenciada pela pesquisadora onde o desenho foi primordial para a constatação de um abuso sexual sofrido por uma criança desta faixa etária que em suas representações gráficas manifestavam a violência que estava sofrendo, com análise e compreensão acerca dos desenhos apresentados pela criança pode-se tomar as medidas cabíveis que contribuíram para tirar a criança da situação de risco que a mesma encontrava-se. Mediante essa triste experiência manifestou-se a curiosidade de entender o que acontece quando a criança desenha, bem como seu desenvolvimento por meio do grafismo. Após observações realizadas e coletadas no transcorrer dos Estágios enquanto acadêmica pode-se perceber que nas escolas este universo não é reconhecido como meio de desenvolvimento. Nota-se que os desenhos são utilizados apenas para finalizar conteúdos trabalhados que estão em andamento e não há um olhar mais sensível e curioso perante as produções dos alunos.

Para tal, é necessário que desenvolva um olhar mais crítico em relação ao seu processo de aprendizagem, bem como as informações levantadas a partir da observação realizada, para que assim a análise das etapas seja percorrida com sucesso.

A importância de considerar o desenho como primeiro meio em que a criança se expressa significativamente no papel, vem primeiramente por meio dos rabiscos, que são seus registros e que mostram sua particularidade, isto é, seu modelo próprio de expressão. Diante do exposto, justifica-se o interesse de colocar os desenhos infantis como um material de estudo, pois assim como a escrita, a evolução do desenho configura-se como ferramenta de comunicação e canal de aprendizagem onde o educador necessita compreender e considerar o percurso construído segundo o desenvolvimento simbólico apresentado pelo aluno.

Sendo assim, com essas inquietações a pesquisa tem como problemática: Em que medida o desenho infantil é utilizado como ferramenta no processo avaliativo dos alunos de 03 a 04 anos na Educação Infantil? Para tanto utilizamos a metodologia de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, cujos procedimentos utilizados como aporte teórico em autores como DERDIK (2003), OLIVEIRA (1988), KUHLMANN JR.K (2010), PEIXOTO (2013) e KRAMER (2012).

O objetivo geral foi compreender o desenho infantil como fonte de avaliação na prática do docente. Nesta perspectiva os objetivos específicos buscam contemplar a pesquisa em compreender as fases de desenvolvimento da criança; apresentar as habilidades do grafismo da criança de 03 a 04 anos; investigar possibilidades avaliativas e curriculares acerca do desenho.

A pesquisa tem por justificativa mostrar as representações dos docentes acerca da avaliação do desenvolvimento da criança a partir do desenho analisar de forma crítica as normativas que regulamentam e aparam a Educação Infantil bem como a relevância que o grafismo assume no currículo educacional. Fazendo-se necessário a compreensão das fases do desenvolvimento da criança e suas habilidades mediante ao grafismo, possibilitando uma investigação de possíveis formas avaliativas e curriculares acerca do desenho.

Partindo deste pressuposto o educador necessita assumir uma prática que considere e avalie o universo gráfico infantil possibilitando a valorização do desenho desde o início da vida escolar do aluno estimulando, desafiando, confrontando de forma que venha enriquecer suas experiências. Os processos de construção do conhecimento ocasionados pelo desenho contribuem no desenvolvimento cognitivo e social estabelecendo uma autogestão de suas emoções auxiliando na compreensão das habilidades bem como as manifestações das vivências e experiências contidas em seus traçados.

Para uma melhor aproximação ao objetivo, o trabalho foi dividido em cinco seções. Na primeira tratamos sobre a trajetória da Educação Infantil no Brasil elencando alguns fatos históricos para posteriormente discutir e apresentar aspectos pertinentes na atualidade.

Apontamos a evolução do desenho na sociedade abordando a conceituação e as fases do desenho elencar a classificação defendida pelos autores e sua importância para o desenvolvimento da criança. Bem como evidenciar a função pedagógica no currículo educacional. Explicitamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, caracterizada como estudo de caso qualitativo, de caráter exploratório e descritivo visando compreender a função do grafismo infantil como ferramenta avaliativa na prática docente. Apresentando, o local, os sujeitos participantes e os materiais utilizados na pesquisa.

Para que obtivéssemos aporte para nossa resposta, realizamos um questionário para duas professoras, uma coordenadora e uma diretora acerca do sujeito estudo de caso.

No que tange as análises dos discursos, obtivemos resultados e categorizamos, assim dando importância até mesmo para a minoria dos fatos encontrados e discutidos.

Mesmo sendo a minoria, evidenciou nos resultados que os professores sentem certa dificuldade avaliativa, ocasionadas pela reformulação das novas normativas educacionais, bem como a não utilização significativa do grafismo infantil como ferramenta de intervenção pedagógica.

A pesquisa pretende auxiliar uma compreensão acerca da importância do Desenho Infantil como intervenção pedagógica na prática do docente, apresentando sua relevância para o desenvolvimento de práticas conscientes acerca do uso desta importante ferramenta pedagógica apresentando concepções acerca do desenho como meio avaliativo considerando questões do desenvolvimento das capacidades motoras bem como da expressividade contidas em suas representações gráficas.

## **1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A INFÂNCIA**

Esta seção tem como objetivo apresentar aspectos teóricos da Educação Infantil na perspectiva assistencialista. Trata-se inicialmente do Histórico da Educação Infantil para posteriormente discutir e apresentar aspectos pertinentes à modalidade na atualidade.

### **1.1 HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

A origem da Educação voltada à Infância esteve por muito tempo atrelado à responsabilidade familiar ou grupo social ao qual a criança pertencia. Era desenvolvido no ambiente familiar juntamente a preceptores tendo por finalidade a instrução e dominação de conhecimentos pertinentes para inserção social afim de garantir sua sobrevivência material e substancial para a vida adulta. Por um longo período na história da humanidade não houve a criação de uma instituição preocupada com o atendimento educacional destinado às crianças a configuração institucional infantil perpassou por um extenso processo de construção e elaboração.

Dada à relevância da configuração educacional vigente faz-se necessário analisar e reconhecer como historicamente constituiu-se essa modalidade de ensino buscando refletir sobre as implicações cometidas no cenário educacional bem como analisar as mudanças assumidas no transcorrer da história social e educacional.

Na Europa um importante acontecimento que marcou intensas transformações na vida em sociedade é o surgimento da Revolução Industrial contribuindo com o aumento exponencial da industrialização e urbanização. As relações sociais bem como a organização no seio familiar passam por uma reformulação haja vista que a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho contribui de forma direta na reformulação e constituição da nova estrutura familiar deste período.

Neste sentido, BUJES (2001) destaca o surgimento das instituições de educação infantil esteve atrelada ao desenvolvimento da vida urbana e industrial bem como relacionando ao nascimento da escola e do pensamento pedagógico moderno, disseminados nos séculos XVI e XVII. As creches e pré-escolas surgiram em consonância às implementações sociais cometidas pela inserção das mulheres ao mercado de trabalho tendo

assim a finalidade suprir de forma assistencialista uma necessidade social ocasionada pelas mudanças sociais acometidas neste período.

Creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres á força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar apenas as mais evidentes. Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torna-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado ás exigências desse conjunto social (BUJES, 2001, p.15).

Para a formação das instituições educacionais semelhantes aos modelos apresentados na atualidade organizou-se mediante as diversas mudanças sociais ocasionados principalmente pela industrialização que impulsionaram grandes transformações na sociedade e na configuração familiar, bem como a reformulação do sentido de infância apresentando diversas definições e abordagens no cenário educacional. Um dos precursores preocupados com este segmento educacional é o educador alemão Friedrich Froebel que criou no ano de 1840 o primeiro jardim de infância, na Alemanha visando o atendimento de crianças de 3 a 7 anos contrapondo-se as demais instituições da época por apresentar uma proposta pedagógica que visava à educação integral da criança. Para KUHLMANN JR.K (2010) o Jardim de Infância criado por Friedrich Froebel seria uma instituição educativa impecável, enquanto a creche e as escolas maternais teriam um caráter assistencial e não educariam. Progressivamente as instituições nesse formato foram-se disseminando em outros países, inclusive no Brasil.

No Brasil um dos primeiros segmentos destinados ao atendimento à infância remonta á “Casa dos Expostos” ou “Roda”, instituição destinada ao abrigo e acolhimento das crianças desamparadas. Constatou-se que as primeiras iniciativas foram resultantes de ações higienistas centradas no combate à mortalidade infantil, cujas causas eram atribuídas aos nascimentos ilegítimos (consequentes da união entre escravos ou destes com seus senhores) e também à falta de conhecimentos intelectuais das famílias para o cuidado com as crianças.

Ressaltando que no ano de 1889 com a fundação do Instituto de Proteção e Assistência á infância localizada na cidade do Rio de Janeiro tinha por finalidade atender menores de oito anos, elaborar leis que visavam regularizar a vida e saúde dos recém-nascidos, regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender as crianças

pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância (KRAMER, 2012).

Até meados da década de 20 no Brasil a assistência à infância foi realizada basicamente por entidades particulares. Onde as instituições tiveram essencialmente caráter assistencialista, entendido como assistência-científica, e visava primordialmente atender aos casos de moléstia, lesões, assistência aos partos, cuidados para os recém-nascidos, sociedades cooperativas, etc., voltadas para o atendimento à população pobre. Também tiveram influência higienista com desdobramentos em ações de educação sanitária (KUHLMANN Jr., 2010).

Somente com o Regime Político introduzido pelo o governo de Getúlio Vargas o Estado assume oficialmente a responsabilidade pelo atendimento á infância com a criação do Ministério da Educação e Saúde no ano de 1930, a legislação passa a consolidação de Leis e direitos trabalhistas, conferindo a obrigatoriedade de empresas particulares com mais de 30 mulheres empregadas acima de 16 anos manterem creches para os filhos de suas empregadas. Um expressivo acontecimento no âmbito educacional marcado pelas reformulações legislativas acontece no ano de 1932 impulsionado por um grupo de intelectuais preocupados com a elaboração de uma política educacional amplo e integrado lançando o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova onde o mesmo proponha que o Estado dispusesse um plano geral de educação com a formulação de uma instituição única, pública, laica, obrigatória e gratuita. O Manifesto representou um marco na renovação educacional os pioneiros assumiram a missão de conduzir o Brasil à Modernidade pela via da Educação.

O documento revela um importante momento da história política, social, cultural e educacional ressaltando sua relevância no processo de modernização da educação Brasileira na medida em que definiu diretrizes de uma nova política educacional de ensino. As idéias contidas no Manifesto foram influenciadas pelas ideias da Escola Nova defendidas por John Dewey, ficando clara essa influência em vários trechos do documento, conforme no fragmento que segue:

A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre os princípios da escola com meio social, tem seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação. (1932)

Outro marco legal da Legislação educacional assistencialista que vale ressaltar é a criação no ano de 1940 do Departamento Nacional da Criança, tendo a vinculação com

Ministério de Educação e Saúde onde os projetos giravam em torno da esfera médica, com a desconsideração das condições sociais vigentes no âmbito familiar uma das iniciativas criadas por este segmento foi à Casa da Criança. Nesta prerrogativa considerar o contexto social que se encontrava no Brasil auxilia na compreensão da necessidade de criação de entidades responsáveis pelo o atendimento e assistência a crianças haja vista que a sociedade Brasileira passava por uma reformulação nos setores políticos e sociais.

Somente no ano de 1941 com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), tendo por finalidade coordenar os serviços sociais do governo, sendo formuladora e executora da política governamental de assistência destinada á família e ao atendimento á infância.

As políticas que compreendem ao período do Estado Novo conferem ações de tutela e proteção, havendo a regulamentação e criação de diversas instituições públicas voltadas ás crianças de 0 a 6 anos. Nesse período, a criança é apresentada como cidadã do futuro devendo receber cuidados especiais do Estado contribuindo para a o fortalecimento e reconhecimento do paternalismo, portanto as revoluções iniciadas durante o período governo de Getúlio Vargas são marcadas pela participação política a setores sociais e no cenário educacional o pragmatismo a escola assume seu espaço de mudança social, que busca formar um sujeito perfeito, moldado para ser o cidadão republicano objetivando a construção de uma sociedade nova e progressista.

O sistema educacional foi marcado pelo paternalismo com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024 de 1961 vem estabelecendo que crianças com idade inferior a 7 anos receberiam educação em escolas maternais ou jardins de infância. A referida lei continuou estimulando empresas e indústrias a manter instituições do gênero para os filhos dos seus trabalhadores dessa estreitava o vínculo entre o sistema educacional e as instituições de educação infantil que se subordinavam a órgãos assistenciais.

Com o Regime Ditatorial instaurado com o golpe militar no ano de 1964 impulsionando no âmbito educacional, social e políticos profundas transformações ocasionados pelo sistema de ditadura e repressão marcando neste período o agravamento das condições de vida da população Brasileira desenvolvendo ações de cunho paliativo e reguladores sociais acarretando assim mudanças nas ações governamentais destinada a infância e adolescência. O governo apresenta programas desarticuladores como Plano Nacional de Bem-Estar do menor com o proposito de atender menores abandonados, infratores, em situação de risco.

Os impactos que compreenderam o sistema econômico e político no Brasil na década de 1960 refletiram de forma direta no atendimento à infância as creches neste período torna-se uma reivindicação da classe trabalhadora que se viu abastada do equipamento social representado por agravamentos na demanda de serviços de consumo coletivo.

As características do sistema econômico adotado no Brasil, de capitalismo dependente e concentrador de riquezas, continuaram impedindo que a maioria da população tivesse satisfatórias condições de vida. O baixo salário e a falta de extensão de serviços de infraestrutura urbana para atender as necessidades sociais agravaram a questão da creche que nessa altura não é mais aceita apenas como uma ajuda filantrópica ou empresarial, mas começa a ser reivindicada pela população mais pobre como necessidade de mães que precisam trabalhar para a subsistência da Família. (OLIVEIRA, 1988, p.48)

A creche é apresentada como instituição de atenção à infância no ano 1966 tendo por objetivo o atendimento assistencialista onde houve uma forte preocupação com a inserção de profissionais das áreas de serviços sociais.

Segundo Rosemberg (2002, p. 33)

As discussões sobre a função social da creche e o seu reconhecimento como instituição destinada à educação das crianças serão intensificadas, a partir dos anos 1970, concomitantemente às mudanças no quadro das políticas para a infância no país oportunizado principalmente pela influência que a Unicef e a Unesco visando redefinir a ideia de uma educação pré-escolar compensatória de carências de populações pobres e apoiadas em recursos da comunidade visando despende poucas verbas do Estado para sua expansão

A Educação Infantil firmada por esses organismos contribuíram para a criação de projetos e programas destinados a população mais carente onde reconhecendo sistematizava propostas para esta modalidade de ensino em países subdesenvolvidos.

Reconhecendo assim a importância da Educação Infantil como componente imprescindível de valorização social no que concerne a países subdesenvolvidos, onde se necessita a ampliação de políticas educacionais satisfatórias. Bem como para auxiliar na universalização do ensino, alicerçado nas aprendizagens e valores desenvolvidos neste nível de ensino firmando não somente em aspectos pedagógicos, mais sociais e políticos.

Considerando a expansão da Educação Infantil nos países subdesenvolvidos configura-se como uma tentativa de minimizar as diferenças sociais, propondo o melhoramento das questões sociais acometidas por famílias assistidas por esta modalidade.

## 1.2 Aspectos legais da Educação Infantil

Somente com a Constituição de 1988, a Educação Infantil passa a ser reconhecida como um direito próprio da criança e foi com a Lei de diretrizes e bases (LDB N°9394/96) que creches e pré-escolas que oferecem a educação infantil são incluídas na política educacional passando fazer parte da educação básica tornando-se um direito da criança, um dever do Estado e opção da Família.

A LDB afirma que:

**Art. 29.** A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade

**Art. 31.** Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1988).

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica é a única que está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro a cinco anos nas pré-escolas. Tornando-se um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem distinção decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor de pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Kramer (2012, p.56) considera crucial a atenção às políticas para a infância, visto que a educação da criança pequena não é somente um direito social, mas direito humano.

[...] a educação da criança pequena é direito social porque significa uma das estratégias de ação (ao lado do direito à saúde e à assistência) no sentido de combater a desigualdade, e é direito humano porque representa uma contribuição, dentre outras, em contextos de violenta socialização urbana como os nossos, que se configura como essencial para que seja possível assegurar uma vida digna a todas as crianças.

Desta forma, a constituição Federal de 1988, representou um grande salto para a conquista da garantia dos direitos na primeira infância, pois seu desenvolvimento neste período interligou o setor do poder público em consonância com a participação da sociedade civil. “[...] foi um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança no Brasil” (LEITE FILHO, 2001,p.31). Mediante a Constituição Federal a criança torna-se um ser instituído de direitos. Após, dois anos seguintes, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA) com a Lei 8.069/90, reforçando o direito ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, que introduziram a criança no mundo dos direitos humanos. De acordo com estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ser assegurados aos direitos fundamentais inerentes á pessoa humana, para que seja possível, desse modo ter acesso ás oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL,1990).

Nos anos que sucederam a aprovação do ECA, vários documentos foram publicados pelo Ministério de Educação onde um expressivo documento “Politica Nacional de Educação Infantil” que visava a melhoria na qualidade de atendimento ás crianças de 0 a 6 anos e a expansão de ofertas de vagas, sendo assim expressava, o documento:

Politica Nacional de Educação Infantil, na qual definem como principais objetivos para a área a expansão da oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos, o fortalecimento, nas instâncias competentes, da concepção de educação e cuidado com aspectos indissociáveis das ações dirigidas as crianças e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil. Como desdobramento desses objetivos, foi publicado o documento, por uma politica de formação do profissional da Educação Infantil, no qual se discutiam a necessidade e a importância de um profissional qualificado e um nível mínimo de escolaridade da atuar em creches e pré-escolas como condição para a melhoria da qualidade da educação (BRASIL,1994).

Contribuindo assim para a inserção de benefícios educacionais para a infância a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, representaram um importante avanço. Com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, lei número 9394/96, que inseriu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Definindo assim a finalidade da Educação Infantil deverá complementar a ação da família e da comunidade (LDB, 1996).

De acordo com o Ministério da Educação

Esse tratamento dos vários aspectos como dimensões do desenvolvimento e não como coisas distintas ou áreas separadas são fundamentais, já que evidencia a necessidade de se considerar a criança como o todo, para a promoção de seu desenvolvimento integral e sua inserção na esfera pública” (BRASIL, 2006, p.11).

Desta forma, a criança pequena viu-se amparada, uma vez que a Educação Infantil é incluída na Educação Básica, embora não sendo obrigatória torna-se um direito próprio da criança com objetivo de possibilitar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-

estar infantil bem como o desenvolvimento das capacidades físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências ocasionadas pela socialização que esta modalidade proporciona. Diante desta nova perspectiva, três importantes objetivos, necessitam ser considerados na modalidade educacional, sendo de acordo com Didonet:

Objetivo Social: associado á questão da mulher enquanto participante da vida social, econômica, cultural e política; Objetivo Educativo: organizado para promover a construção de novos conhecimentos e habilidades da criança; Objetivo Político: associado a formação da cidadania infantil, em que, por meio deste, a criança tem o direito de falar e ouvir, de colaborar e de respeitar e ser respeitado pelos outros (DIDONET, 2001, p. 14-15).

Em acessão com a legislação, o Ministério da Educação publica, em 1988, dois anos após a aprovação da LDB, os documentos Subsídios para o credenciamento e o funcionamento da Educação Infantil (BRASIL, 1998), apresentando a seguinte proposta pedagógica para á infância.

A formulação de propostas pedagógicas deve nortear-se por uma concepção de criança: como um ser humano completo, integrando as dimensões afetivas, intelectual, física, moral e social, que, embora em processo de desenvolvimento e, portanto, dependente do adulto para sua sobrevivência e crescimento, não é apenas um vir a ser; como um ser ativo e capaz, impulsionado pela motivação de ampliar seus conhecimentos e experiências e de alcançar progressivos graus de autonomia frente as condições de seu meio; como um sujeito social, histórico, que é marcado pelo meio em que se desenvolve, mas que também o marca (BRASIL, 1998).

Os Subsídios para o Credenciamento e Funcionamento de instituições de Educação Infantil apresentaram propostas que colaboraram de forma significativa para a formulação de diretrizes e normas para a educação da infância e teve grande contribuição com objetivo de melhorar a qualidade da educação na modalidade de ensino infantil. Por este motivo os sistemas de ensino bem como os conselhos nacionais de Educação necessitariam estabelecer normas e diretrizes visando proporcionar uma educação de qualidade nas creches e pré-escolas e sua inserção real nos sistemas de ensino. Sendo assim a legislação enfatiza:

A creche e a pré-escola constituem simultaneamente um direito da criança á educação e um direito da família de compartilhar a educação de seus filhos em equipamentos sociais. O Estado tem deveres também para também para com a expansão do atendimento e a melhoria da qualidade, cabendo ao município a responsabilidade de sua institucionalização, com o apoio financeiro e técnico das esferas federal e estadual. A creche, assim como a

pré-escola, é equipamento educacional e não apenas de assistência. Neste sentido, uma das características da nova concepção de educação infantil reside na integração das funções de cuidar e educar (BRASIL, 1998, p.5).

Com o surgimento do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), tendo por objetivo um conjunto de referências e orientações pedagógicas visando contribuir com práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar o exercício de cidadania das crianças brasileiras. Esse documento tem por função de servir como um guia instaurando a reflexão educacional acerca dos objetivos, conteúdos e orientações didáticas para profissionais que atuam com crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas contribuindo para o exercício de cidadania.

Para alcançar uma educação de forma contextualizada o RCNEI indica que às atividades destinadas a criança devem ser orientadas e integradas advindas de situações pedagógicas respeitando a especificidade de cada criança. É possível analisar que o volume I, do referencial apresenta questões pertinentes à criança e não ao ensino fundamental, seguindo assim a ênfase da criança em seus processos de constituição como ser humano em diversos aspectos sociais, culturais, e suas capacidades intelectuais, artísticas, criativas, expressivas em vez de articulações institucionais propondo assim uma adaptação para a etapa seguinte.

Ainda nos anos 1998, o conselho Nacional de Educação, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com objetivo direcionar, de modo obrigatório, encaminhamentos pedagógicos para essa modalidade de ensino aos sistemas municipais e estaduais de educação seguindo e respeitando os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade, e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL,1998, p.16).

Essas Diretrizes colaborou para a formação de professores visando um bom desempenho da educação nas modalidades de ensino da Educação Infantil bem como aos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo de forma direta para melhoria de ambos os níveis de ensino ao discutir a relevância de uma formação qualificada aos educadores, pois dessa forma as crianças terão um desenvolvimento dentro do esperado expressando que:

As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero

a cinco anos de idade por meio de profissionais com formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças (BRASIL, 2013, p.84).

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil com o parecer CNE/CEB nº 20/09 e a Resolução CNE/CEB nº 05/09, com explicitação da identidade da educação infantil, condição indispensável para o estabelecimento de normativas em relação ao currículo e a outros aspectos envolvidos em uma proposta pedagógica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009) em seu Artigo 4º, definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprender, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

Dois pontos que merecem ser destacados o acesso e a qualidade do atendimento educacional vislumbrando desenvolver ações destinada a infância aprovou-se assim, em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) esse documento prevê metas e estratégias para a implementação de mudanças com objetivo de estruturar a educação, configurando-se em um documento com diretrizes para as políticas públicas da educação.

O PNE vigorou de 2011/2014, contemplando questões pertinentes principalmente ao acesso a educação, passando por algumas reformulações o Plano Nacional de Educação aprovado pela lei 13.005 de junho/2014, diferentemente do anterior, que tratava mais o acesso, preocupava-se com a qualidade da educação brasileira oferecida às crianças, de forma a contribuir para a formação integral. Expressando a Meta 01 da Educação Infantil:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a tender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, PNE 2014/2024).

Observando assim a urgência pela universalização da Educação Infantil, concedida como um direito à criança desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em relação as estratégias para o cumprimento da Meta 01 do PNE, dezesseis estratégias foram anunciadas no plano, visando possibilitar a universalização e o acesso de todas as crianças na faixa de 0 a 6 anos de idade, resguardando-se também o direito às crianças deficientes, as que residem em locais de difícil acesso, zona rural, quilombos entre outras.

Acompanhando esse percurso nacional, em Ponta Porã, foi aprovado o Plano Municipal de Educação (PME), Lei N. 4.100, de 02 de junho de 2015. O diagnóstico do plano apontou que: É preciso estabelecer as políticas públicas para assegurar a autonomia do município no que tange a garantir os direitos à educação a todas as crianças de 4 a 5 anos, além dos 50% de matrículas para crianças de 0 a 3 anos, garantindo escolas com educação de qualidade, professores habilitados entre outras variantes. (PME, p. 31).

### **1.3 Base Nacional Comum Curricular e a Educação Infantil**

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Mediantes as observações das mudanças e conquistas no âmbito da legislação da Educação Infantil sobre o reconhecimento da criança e o direito à educação nos primeiros anos de vida muitas reformulações ocorreram no cenário educacional até o presente momento de 2019 vem sofrendo por uma reformulação e estruturação ocasionados pela Base Nacional Comum Curricular que define as aprendizagens que os alunos necessitam desenvolver em cada etapa da Educação Básica contribuindo de forma sistematizada para a reformulação do currículo educacional.

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BNCC, 2019, p. 8).

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013).

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da

cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BNCC, 2019, p.10).

A BNCC tem como objetivo central garantir que todos os estudantes – de norte a sul do país, de escolas públicas e privadas – aprendam um conjunto essencial de conhecimentos e habilidades comuns. Assim, o que se espera é que as desigualdades educacionais brasileiras sejam reduzidas e que a qualidade do ensino seja elevada.

Além disso, um de seus objetivos é também formar estudantes com habilidades e conhecimentos essenciais para o século XXI, de forma a incentivar a modernização dos recursos utilizados em sala de aula e das práticas pedagógicas, de forma a promover a atualização do corpo docente das escolas.

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão sequencialmente organizados em três grupos por faixa etária, que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças, conforme indicado na figura a seguir. Todavia, esses grupos não podem ser considerados de forma rígida, já que há diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser consideradas na prática pedagógica.

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

1. Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
2. Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
3. Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
4. Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
5. Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
6. Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BNCC, 2019, p. 38).

Essa reorganização curricular exige da prática do educador refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças. Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências

constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (BNCC, 2019, p. 40).

## **2. FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DO DESENHO**

Partindo da relevância teórica a pesquisa pretende-se desenvolver nesta seção uma breve retrospectiva acerca da Trajetória do desenho na sociedade bem como abordar a conceituação e as fases do desenho elencar a classificação defendida pelos autores evidenciando sua importância para o desenvolvimento das crianças. Bem como evidenciar a função pedagógica do desenho no currículo educacional como ferramenta pedagógica e metodológica.

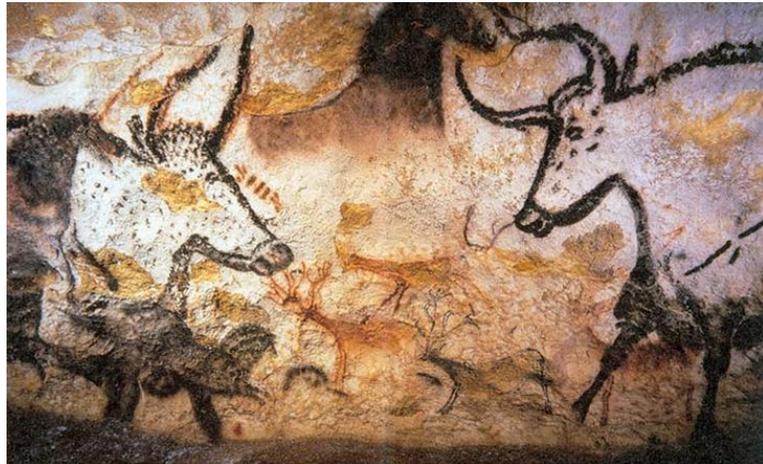
### **2.1 Trajetória do Desenho em Sociedade**

Em consideração a esta rápida retrospectiva da história da arte no ocidente, pretende-se salientar e conceituar o desenho em cada período, bem como compreender as transformações e as diferentes abordagens pelas quais essa linguagem perpassou ao longo do tempo.

Pretende-se evidenciar as contribuições do desenho na construção social desde as civilizações primitiva até a modernidade pontuando alguns importantes movimentos da arte e sua contribuição na construção de linguagens tanto visuais como linguísticas. Considerando as manifestações gráficas como uma fonte inesgotável para as produções artísticas por meio das quais a sociedade vem utilizando como mecanismo de comunicação retratando através dos tempos as relações com a arte bem como a configuração organizacional da sociedade.

No período paleolítico 40 mil a 10 mil a.C. as inscrições gráficas eram proferidas em rochas e nas paredes das cavernas a manifestação artística utilizava o naturalismo animalista no qual eram retratados elementos pictóricos os desenhos retratavam animais de maneira bem próxima da realidade com elementos de seu mundo natural o movimento e a simplicidade revela a criatividade e dinamiza a qualidade plástica.

Figura 1: Período Paleolítico



Pintura do Paleolítico - Gruta de Lascaux Dordonha, França, 20.000 a 17.000 a. C.

Fonte: <https://sites.google.com/site/perspetiva600/historia-do-desenho-e-da-perspetiva>

A renovação artística das questões naturalista animalista é desenvolvida no período compreendido pelo neolítico 8000 a.C. onde a mudança de costumes e hábitos configuram novas formas culturais caracterizando a arte abstrata recaindo sobre um sentido mais amplo com o desenvolvimento de desenhos esquemáticos estilizados e dinâmicos, nessa abstração a presença da figura humana é constante.

As imagens desse período eram diferentes e representavam não apenas animais, mas inclusive homens e mulheres em suas atividades domésticas. Também nesse período, em algumas regiões, surgiam representações abstratas, mas de uma maneira geral, a produção era mais gráfica, porém, não menos sofisticada e, certamente, mais sintética do que no período paleolítico (PEIXOTO, 2013, p. 30).

Marcando assim a estreita relação do desenho com as vivências do homem primitivo em consideração de aspectos ligados a subsistência e o ambiente as manifestações gráficas desenvolvidas neste período contribuíram na compreensão e função empregadas no desenho como importante ferramenta no desenvolvimento da comunicação visual.

Figura 2: Período Neolítico



Pintura Neolítica Brasileira, Toca do boqueirão da pedra Furada – Serra da Capivara, PI  
 Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/toca-do-boqueirao-da-pedra>

Somente a partir das civilizações agrárias instituídas na região do Mediterrâneo desenvolveram-se os primeiros esforços de evolução do homem como a constituição das primeiras civilizações no seio das bacias hidrográficas dos grandes rios Tigre e Eufrates as relações do desenho e arte tornam-se latente haja vista que uma precede a outra como forma de linguagem com a função instaurar a comunicação de transmitir uma mensagem.

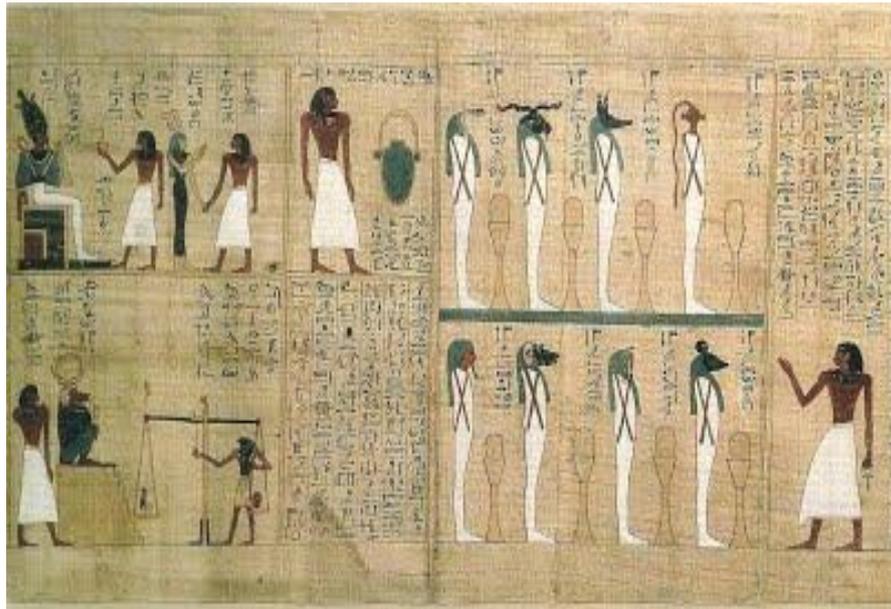
De acordo com Cadôr (2007, p. 07):

O desenho e a escrita têm uma origem comum, ambos surgiram da necessidade de registrar a linguagem por meio de signos, e assim transmitir uma mensagem. Nos primórdios da Civilização, os logogramas eram desenhos esquemáticos utilizados para representar as palavras. Formam a base de sistemas de escrita como o hieróglifo, o cuneiforme e os glifos maias. A semelhança do desenho com o objeto a que se refere, tão evidente nos pictogramas, mostra uma proximidade entre as palavras e as coisas representadas. O pictograma é uma linguagem de símbolos independente dos sons, o que garante sua eficiência na comunicação visual. Sumérios e egípcios utilizaram pictogramas para designar outro objeto cujo nome era foneticamente semelhante, daí sua escrita ser chamada de escrita figurativa. [...] A associação de dois ou mais pictogramas para representar um conceito, um substantivo abstrato, foi o primeiro passo em direção a um sistema de escrita conhecido como ideograma, utilizado na China e também no Egito.

No Egito IV Milênio a.C. o desenho constituiu-se como forma fundamental para o desenvolvimento e reconhecimento cultural com o surgimento da religião as manifestações gráficas estavam relacionadas com o culto aos mortos ou com as cerimônias litúrgicas. O uso

da cor e de diferentes materiais na produção artística foi também importante na produção egípcia, e a arquitetura e a arqueologia são provavelmente o que há de mais notável em termos de evolução desse povo, o que deixa claro que essa civilização desenvolveu, de forma intensa, o desenho de projeto e auxílio para a linguagem escrita e visual.

Figura 3: Hieróglifos Egípcios



Livro dos Mortos por volta de 1300 a. C encontrado num túmulo

Fonte: <https://sites.google.com/site/perspetiva600/historia-do-desenho-e-da-perspetiva>

No período clássico 1000 a.C. a 476 d.C, na Grécia e Roma ocasionados por suas conquistas e intercâmbios com outras civilizações refletiram de forma significativa nas manifestações gráficas com maior destaque são as pinturas murais abordando diversos aspectos ligados a arte que vislumbrava a beleza e harmonia universais buscando a relação do homem com o divino, interligando o mundo e sua origem com o desenvolvimento do realismo.

Figura 4: Período Greco-romano



Pintura mural a fresco representa cenas do Culto de Dionísio, Villa dos Mistérios, Pompeia, c.50 a. C.

Fonte: <https://sites.google.com/site/perspetiva600/historia-do-desenho-e-da-perspetiva>

Na Idade Média século V a séc. XV com o surgimento do cristianismo reconfigurou-se profundamente o rumo da História da Arte, que agora estava a serviço dessa nova religião, que pretendia difundir os seus princípios por meio de imagens, já que a grande maioria da população era analfabeta. Portanto, nessa época, a arte estava a serviço da religião.

A representação de figuras humanas era muito pouco utilizada, com o intuito de diferenciar a arte cristã da arte pagã clássica, enquanto naquela, a figura humana era o centro verdadeiro das atenções. Explicando melhor, há figuras de santos, de anjos e de personagens bíblicos produzidos na Idade Média, mas essas figuras são muito mais estilizadas, isto é, contêm traços simplificados e proporções arbitrarias (PEIXOTO, 2013, p. 34).

As representações gráficas enfatizadas neste período são a dos personagens bíblicos representados de maneira simbólica com destaque as catedrais góticas o vitral vem ocupar o lugar das pinturas murais e nos retábulos a pintura revela-se numa riqueza cromática onde predominam os azuis, os vermelhões e o dourado.

Figura 5: Período Idade Média



Mosaico na Basílica de Santa Maria Maggiore, Roma, Itália, 352 d. C.

Fonte: <https://sites.google.com/site/perspetiva600/historia-do-desenho-e-da-perspetiva>

No século XV, o ocidente viveu um período muito importante para compreendermos o valor e a concepção que temos até hoje do desenho com o surgimento do Renascimento com a consideração do humanismo, a valorização do indivíduo é bastante desenvolvida. Segundo Artigas (1975) no Renascimento, o desenho ganha cidadania. E se de um lado é risco, traçado, mediação para expressão de um plano a realizar, linguagem de uma técnica construtiva, de outro lado é desígnio, intenção, propósito, projeto humano no sentido de proposta do espírito. Um espírito que cria objetos novos e os induz na vida real.

Com destaque para muitos artistas que se dedicavam a aprofundar os conhecimentos na geometria e matemática no qual o desenho mostra-se fundamental para valorização e o triunfo do planejamento e do projeto. Um dos artistas que ganhou notoriedade neste período por suas obras e invenções desenvolvidas em diversos campos de conhecimento foi Leonardo Da Vinci, conhecido como “o homem do Renascimento”, que define bem o ideário do Humanismo e do Renascimento, para ele, o homem deveria atuar e conhecer o máximo possível de áreas do conhecimento.

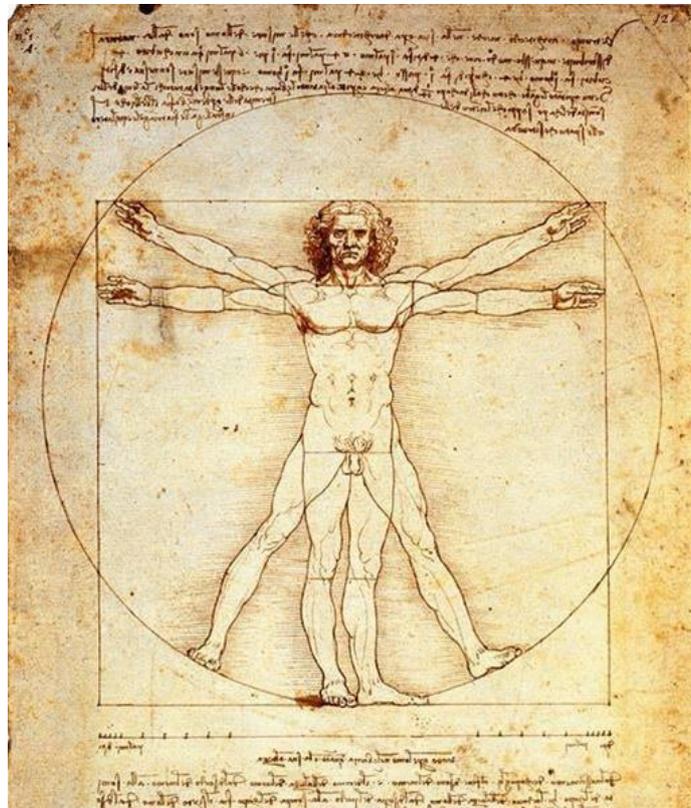
Ainda de acordo com Artigas (1975, p. 9):

Leonardo desenhava como técnico e desenhava como artista. Procurou uma composição em que nada fosse arbitrário. Com ele e os demais artistas do Renascimento, o desenho se impôs. Passou a ser a linguagem da técnica e da

arte – como interpretação da natureza e como desígnio humano, como intenção ou arte no sentido platônico. Desenharam contra a insuficiência das ferramentas disponíveis impacientes com a lentidão do trabalho manual.

Outro fator preponderante para o desenvolvimento do desenho, e também para a sua diferenciação das outras modalidades artísticas foi, a invenção da tinta a óleo, que conferiu um importante avanço nas técnicas de pinturas bem como na durabilidade as obras datadas deste período permanecem até atualidade em bom estado de conservação. As representações artísticas são marcadas pela a valorização e a retomada clássica podendo ser entendido como o triunfo do planejamento e do projeto.

Figura 6: Renascimento



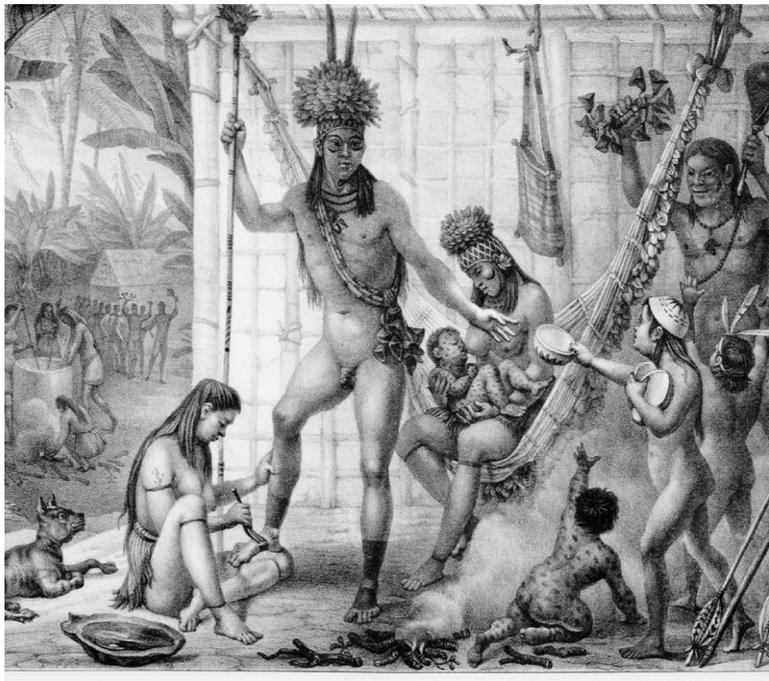
O Homem de Vitruvius, Leonardo da Vinci, Galleria dell'Accademia, Veneza, 1490.

Fonte: <https://sites.google.com/site/perspetiva600/historia-do-desenho-e-da-perspetiva>

No final do século XVIII até meados do XIX difunde-se o movimento neoclássico ou academicismo com a intenção de criar e representar um ideal de beleza aos artistas na criação de modelos para o ensino da arte, contando com a criação das academias de belas artes instituições destinadas ao desenvolvimento comercial visando o acesso da sociedade burguesa com o objetivo de proporcionar a arte.

No Brasil com a vinda da família real em 1808, o estilo europeu foi difundido no país o neoclassicismo foi incorporado nas relações artísticas difundidas com o intuito de transformar o Rio de Janeiro em uma capital digna da realeza. Alguns artistas foram trazidos exigência da família real tendo por incumbência de retratar nas pinturas acontecimentos históricos e políticos bem como as pessoas, animais, plantas valendo ressaltar que os desenhos e as pinturas, nesse momento ainda eram a única forma de registro visual.

Figura 7: Período Neoclássico



Jean Baptiste Debret, Família de um chefe Camacã se preparando para a festa, 1835

Fonte: <http://pindorama.art.br/pesquisadores/Wesley/OCaraiba.html>

Com a arte moderna apresenta-se uma interligação com os avanços tecnológicos interferindo de forma direta nas produções artísticas um importante acontecimento que desencadeou uma grande revolução artística foi à invenção da fotografia 1839 a Kodak desenvolveu o rolo negativo contribuindo para a fotografia torna-se popular.

Até esse momento, a principal função da arte era a de representar o mundo por meio de retratos, de pinturas históricas e de paisagens. Ora, se a fotografia é um meio mecânico de captura de imagens, o papel documental é muito melhor aplicado por ela do que pelo mais exímio desenhista ou pintor e, ao contrário do que muitos artistas e críticos da época afirmavam, esse não foi o fim da pintura ou da arte, mas denotou uma grande (PEIXOTO, 2013, p. 48).

Este acontecimento alavancou muitas discussões acerca da função e importância da arte na sociedade, como análise das reproduções capturadas não somente do meio natural bem como o pensamento de um artista ou de uma época. Conferindo a fotografia a subjetividade com a autonomia sobre os desejos e emoções retratando de forma indelével a questão social no momento em que a fotografia foi registrada.

Neste sentido conferiu a arte uma amplitude, ou seja, a definição de arte passou-se por uma reformulação onde a originalidade e virtuosidade técnica passaram a serem considerados com veemência os desenhos despojados e sintéticos, e algumas vezes peculiares e incomuns ganham notoriedade onde assuntos de cunho social são retratados nas obras haja vista que a arte não trata mais somente da beleza e da estética.

De acordo com Lizárraga e Tavolaro Passos (2008, p. 67):

No século XX, o desenho ganha status de linguagem autônoma, embora continue representando um espaço para pensar e projetar, mas se liberta dos bastidores da obra, ganhando independência e tornando-se dela protagonista.

Na arte moderna o desenho passa a ser explorados em suas particularidades movimentos como exemplo o cubismo ou abstrato confere ao desenho uma linguagem autônoma representando a expressividade conduzida pelo o artista.

Figura 8: Arte Moderna



Pablo Picasso, Mulher com Bandolim, 1910

Fonte: <https://coopemmuseupicasso.wordpress.com/2016/11/17/menina-com-bandolim-1910>

A arte moderna, muitas vezes, fala sobre a própria arte, ou seja, com tantas possibilidades e liberdade de experimentação de materiais e também na forma de representar os próprios elementos constitutivos, a sintaxe visual, ou seja, a cor, a composição, a linha e a mancha passam a ser parte do assunto da obra. Não se trata mais apenas de representar um objeto ou uma figura, mas de como representá-lo (PEIXOTO, 2013, p.55).

Portanto a trajetória da arte desenvolveu uma rica terminologia no que se refere a estilos artísticos servindo como indicador do tempo, as mudanças de signos e elementos gráficos são resultados de diferentes formas de experimentar as questões de mundo, ou seja todo estilo adotado na arte e mencionados acima promovem uma conexão histórica, em análise a esses produtos de uma época desde objetos como utensílios mais simples até obras mais complexas apresentam-se estilo configurando a época que o mesmo foi confeccionado é possível garantir os limites espaciais e temporais de um objeto, em decorrência da estética.

## **2.2 O Desenho como Manifestação Criativa**

As manifestações gráficas como forma de expressões são utilizadas pelo homem desde os primórdios da civilização como é o caso das pinturas rupestres, tendo por representações em paredes e tetos das cavernas com o registro da vivencia do homem no período compreendido pela pré-história onde a caça e a coleta eram proferidas pelos homens nômades deixando indícios de sua existência. Para DERDIK (2003) o homem sempre desenhou, percebe sua dimensão humana ao se projetar no mundo. Através de suas varias manifestações expressivas, da construção de objetos que eventualmente ocupam um lugar no espaço, da reconstrução da paisagem, o homem se apropria das coisas do mundo, atribuindo-lhes significados.

Como ponto de partida para uma análise criativa das manifestações gráficas é de suma importância uma ligeira ponderações aos percursos históricos do desenho afim de analisar certas questões pertinentes á construção da linguagem e do pensamento visual bem como nas definições e aspectos considerados nos desenhos.

O desenho enquanto linguagem requisita uma postura global. Desenhar não é copiar formas, figuras, não é simplesmente proporção escala. A visão parcial de um objeto nos revelará um conhecimento parcial desse mesmo objeto. Desenhar objetos, pessoas, situações, animais, emoções, ideias são tentativas de aproximação com o mundo. Desenhar é conhecer, é apropriar-se (DERDIK, 2003, p. 24).

A representação da figura humana sempre esteve presente acompanhando as mais variadas civilizações o desenho configura-se em sua forma particular no reconhecimento indenícia das representações sociais em conformidade traduz de forma direta a concepção do autoconhecimento e identificação as representações gráficas auxiliam na compreensão da civilização e seu caminho percorrido no transcorrer da história da humanidade.

O desenho é uma importante forma de representação, configura-se como uma linguagem visual, com a apresentação de diferentes formas imagéticas podendo conter elementos abstratos ou elementos concretos como objetos, uma paisagem ou uma pessoa. Portanto as representações produzidas no ato de desenhar sempre estarão vinculadas inconscientemente com algo relacionado à vivência do indivíduo.

O desenho nasce no momento em que a mão, apossada de seu instrumento e imbuída de uma intenção, toca o oceano branco do papel. Dessas interações nasce a construção gráfica. O instrumento é a extensão da mão. A mão pensa e age através do instrumento, pressentindo o desencadear das formas. O intuito é que podemos vislumbrar uma gênese de gesto, força motriz que origina a linha, a forma, a imagem, o significado (DERDYK, 2003, p. 65).

Partindo deste pressuposto os desenhos contemplam uma infinidade de sentidos podendo ser representados por gestos corporais e socioculturais contendo pensamentos repletos de significados. Em consideração as produções criativas o desenvolvimento torna-se mais nítido na infância que consiste a primeira fase do desenvolvimento do indivíduo contemplando a formação de muitas capacidades cognitivas vislumbrando o desenvolvimento por meio da interferência e contato com o meio social que o mesmo está inserido.

Alguns teóricos postulam as fases dos desenhos infantis com o intuito de analisar o desenvolvimento da criança e o esperado em determinada faixa etária. Portanto faz-se necessário a elaboração de algumas ponderações acerca da prerrogativa defendidas os quais postulam reproduções gráficas produzidas pelas crianças como uma forma avaliativa para questões cognitivas, psicológicas e psicomotores.

A contribuição de Piaget (1976) postula cinco fases onde corresponde a suas etapas de desenvolvimento. Definindo como a primeira as Garatuja, que se subdivide em: Garatuja Desordenada e Garatuja Ordenada. Relacionado com a fase Sensório-Motora (0 a 2 anos) e com a parte da Pré-Operatória (2 a 7 anos). As garatuja aparecem como ponto de partida a todos os teóricos que defendem a teoria do desenvolvimento da linguagem bem como a capacidade cognitiva e motora da criança.

De acordo com Derdyk (2003, p. 52):

A garatuja não é simplesmente uma atividade sensório-motor, descomprometida e ininteligível. Através desta aparente “inutilidade” contida no ato de rabiscar estão latentes segredos existenciais, confidenciais emotivas, necessidades de comunicação.

Esse mesmo autor enfatiza a existência de um binômio em relação às concepções acerca das garatuja primeiras definição relaciona-se aos gestos arquetípicos, inerente a toda criança independente da posição geográfica e social. A segunda diz respeito às garatuja frutos de gestos assimilados e aculturados neste caso defendendo a teoria da construção social. Em suma as garatuja necessitam ser considerado no que tange o desenvolvimento da linguagem mais com adoção de algumas restrições afim de não supervaloriza-las, auxilia assim na ampliação da espontaneidade infantil.

Considerando esta fase, Piaget (1976), assemelha-se com à teoria de Luquet (1969), os dois autores nos apresentam o prazer como um dos sentimentos desenvolvidos na elaboração do desenho infantil a figura humana ainda não apresenta um tem valor significativo, ou seja, ela é inexistente, as cores também ficam em um papel secundário não tendo interesse pelo mesmo, apenas pelo contraste.

Com alusão a as definições por Piaget (1976) as garatuja desordenadas relacionam-se com movimentos amplos e desorganizados, não havendo nenhuma preocupação com o desenho não reconhecimento da dimensão espacial, não se preocupando com o que já foi desenhado.

Figura 9: Garatuja Desordenada



Fonte: Acervo pessoal (ACOSTA, 2019).

Diferentemente as garatujas Ordenadas caracterizam-se por movimentos mais distantes e circulares, neste estágio ela não se preocupa com a posição, tamanhos ou ordens em que cada desenho está localizado e sim pelas formas que as representações tomam.

Figura 10: Garatujas Ordenadas



Fonte: Acervo Pessoal (ACOSTA, 2019).

A segunda fase que Piaget (1976), salienta o Pré-Esquematismo, observada na fase (pré-operatória) relacionando-se o pensamento e realidade. Suas emoções caracterizam o ponto de partida dos traçados e as cores não apresentam relação com aspectos da realidade, apenas utilizam o manancial imaginativo auxiliando de forma direta na elaboração dos desenhos contemplativos.

Esta fase marca o aparecimento da irradiação conseguindo desta forma traços mais ricos e que apresenta vários tentáculos em seu corpo, a representação do sol. Este estágio é defendido também por Berson (1966), o comunicativo por apresentar a imitação da escrita do adulto, é marcada pelo prazer a desvinculação do lápis da superfície do papel.

Figura 11: Fase Pré-Esquematismo



Fonte: Acervo pessoal: (ACOSTA, 2019)

A terceira fase definida por Piaget (1976), define como Esquematismo pode ser analisada na fase de desenvolvimento das Operações Concretas que ocorrem dos 7 aos 10 anos de idade, caracterizando-se por processos representativos, neste estágio ao cuidado ao uso da delimitação da linha do caderno. Instituinto e facilitando a escrita e na elaboração de seus traçados. A figura Humana sofre distorção caracterizando desvios de esquema que contribuem para os exageros nas representações artísticas.

Figura 12: Fase Esquemática



Fonte: DERDYK (2003, p,114 ).

A Quarta fase definida por Piaget (1976) define como o Realismo, caracterizadas no final das operações concretas, identificação indenitária como a consideração do gênero com acentuação nas roupas dos personagens. Abandono das linhas de base e a apropriação das formas geométricas. A colação de objetos no campo das visões em alusão ao encontrado na realidade.

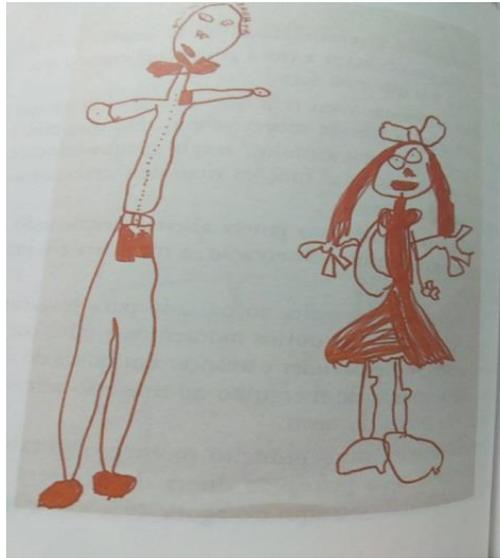
Figura 13: Fase Realismo



Fonte: Acervo Pessoal (ACOSTA, 2019).

A última fase do Desenho Infantil defendida por Piaget (1976) é definida por ele como a fase do Pseudo Naturalismo onde as representações produzidas são desvinculadas da espontaneidade dando lugar a investigação de sua personalidade, com características do realismo, a objetividade, o espaço subjetivo e o uso consciente dos traçados. A figura humana aparece com características sexuais exageradas está fase iniciam-se as operações abstratas dos 10 anos por diante.

Figura 14: Fase Pseudo Naturalista



Fonte: DERDYK (2003, p. 126).

Para DERDYK (2003) compreender as fases dos desenhos infantis torna-se imprescindível, pois se pode definir como umas das formas de linguagens mais expressivas e significativas na atividade imaginária da criança auxiliando no desenvolvimento das potencialidades cognitivas, pois além de desenvolver uma capacidade operação práticas, auxilia no manejo de materiais e instrumentos que resgata a simbologia existe nas representações visuais onde os signos gráficos, fruto do exercício mental e intelectual que o ato de desenhar promove.

O desenho como forma de manifestação criativa está diretamente ligado ao desenvolvimento das inteligências ao criar e reinventar o mundo a sua volta configura-se como uma brincadeira e experimentação das vivências.

A criança desenha sem conhecimento da orientação do papel. Ao experimentar novas estruturas de movimento, seus gestos vão naturalmente, ritmando-se, arredondando-se, passando do gesto contínuo ao descontínuo, do gesto rápido ao lento (DERDYK, 2003, p. 62).

O universo gráfico do Desenho infantil está intimamente ligado ao imaginário da criança no fazer a criança vai desenvolvendo os gestos a criatividade bem como a capacidades motoras, a precisão dos gestos significa que a criança alcançou o domínio corporal, reafirmando assim os desenvolvimentos das capacidades cognitivas e motoras.

### 2.3 Arte como Componente no Currículo da Educação Infantil

O currículo educacional no que tange a Educação Básica vem sofrendo reformulações ocasionadas pelas implementações de novas políticas educacionais subsidiadas pela Base Nacional Comum Curricular com a finalidade introduzir novos norteadores educacionais divididos por campos de experiência.

O componente arte organiza-se em cinco unidades temáticas a dança, a música, o teatro e as artes integradas contendo objetos de conhecimentos que refletem as dez competências e habilidades que se espera desenvolver no aluno capacidades de sentir, recriar e no reconhecimento das dimensões sociais e cognitivas.

Nessa nova etapa da Educação Básica, o ensino de Arte deve assegurar aos alunos a possibilidade de se expressar criativamente em seu fazer investigativo, por meio da ludicidade, propiciando uma experiência de continuidade em relação à Educação Infantil. Dessa maneira, é importante que, nas quatro linguagens da Arte– integradas pelas seis dimensões do conhecimento artístico –, as experiências e vivências artísticas estejam centradas nos interesses das crianças e nas culturas infantis (BNCC, 2019, p. 199).

Conferindo ao professor de arte novas possibilidades curriculares auxiliando no desenvolvimento de alunos críticos na compreensão das diferenças e promover ações individuais e coletivas apresentando uma temática poética ao refletir sobre formas investigativas possibilitando na compreensão das relações do tempo e contextos sociais dos sujeitos na interação da arte com a cultura vislumbrando a formação do conhecimento.

A Base Nacional Comum Curricular salienta ainda que as abordagens nas linguagens contemplem seis dimensões do conhecimento que, de forma simultânea expõe a singularidade da experiência das manifestações artísticas.

De acordo com a BNCC (2019, p.194):

**Criação:** refere-se ao fazer artístico, quando os sujeitos criam, produzem e constroem. Trata-se de uma atitude intencional e investigativa que confere materialidade estética a sentimentos, ideias, desejos e representações em processos, acontecimentos e produções artísticas individuais ou coletivas. Essa dimensão trata do apreender o que está em jogo durante o fazer artístico, processo permeado por tomadas de decisão, entraves, desafios, conflitos, negociações e inquietações.

**Crítica:** refere-se às impressões que impulsionam os sujeitos em direção a novas compreensões do espaço em que vivem, com base no estabelecimento

de relações, por meio do estudo e da pesquisa, entre as diversas experiências e manifestações artísticas e culturais vividas e conhecidas. Essa dimensão articula ação e pensamento propositivos, envolvendo aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais.

Estesia: refere-se à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao próprio corpo e aos diferentes materiais. Essa dimensão articula a sensibilidade e a percepção, tomadas como forma de conhecer a si mesmo, o outro e o mundo. Nela, o corpo em sua totalidade (emoção, percepção, intuição, sensibilidade e intelecto) é o protagonista da experiência.

Expressão: refere-se às possibilidades de exteriorizar e manifestar as criações subjetivas por meio de procedimentos artísticos, tanto âmbito individual quanto coletivo. Essa dimensão emerge da experiência artística com os elementos constitutivos de cada linguagem, dos seus vocabulários específicos e das suas materialidades.

Fruição: refere-se ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais. Essa dimensão implica disponibilidade dos sujeitos para a relação continuada com produções artísticas e culturais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos sociais.

Reflexão: refere-se ao processo de construir argumentos e ponderações sobre as fruções, as experiências e os processos criativos, artísticos e culturais. É a atitude de perceber, analisar e interpretar as manifestações artísticas e culturais, seja como criador, seja como leitor.

As dimensões buscam facilitar o processo de ensino e aprendizagem em arte, integrando os conhecimentos nos componentes curriculares, uma vez que são constituídas por materialidades verbais e não verbais. Para tanto se faz necessário o reconhecimento das diversidades de saberes com a consideração acerca das experiências e práticas artísticas como modelos de legítimos do pensar da experimentação evidencia o caráter social da arte.

A proposta da nova política educacional instaurada pela Base Nacional coloca o aluno como o centro da construção de seu conhecimento, com a necessidade de valorização pertinente a configuração do indivíduo bem como no desenvolvimento das capacidades cognitivas, o professor necessita flexibilizar e repensar sua prática pedagógica afim de encaixar aos campos de experiências, com a consideração dos eixos norteadores curriculares.

Na Educação Infantil o componente arte pode ser percebido nos cinco campos de experiência disposto nessa modalidade de ensino onde as aprendizagens essenciais perpassam nos comportamentos, habilidades e no conhecimento onde os eixos estruturantes constitui-se com o objetivos de aprendizagem.

A compreensão do grafismo infantil necessita considerar aspectos psicomotores a excitação motora conduz a outros gestos que auxiliam na atividade mental, na medida em que

a criança rabisca apresenta a elaboração de uma conduta sensório-motora carregada de significação e simbologia.

O grafismo que daí surge é essencialmente motor, orgânico, biológico, rítmico, estimula sensorialmente a vontade de prolongar este prazer, o que significa uma intensa atividade interna, incalculável por nós adultos (DERDYK, 2013, p. 56).

Contribuição significativamente ao desenvolvimento motor, orgânico, rítmico e de aprendizagem e mais importante analisar e auxiliar os educadores um olhar mais sensível e consciente na utilização deste importante recurso pedagógico.

Segundo Derdyk (2003) acredita que a criança desenha por prazer, que os rabiscos que realiza de escorregar o lápis sobre o papel acontecem não apenas a sensação de satisfação, mas sim algo motor, orgânico, rítmico, de aprendizagem. Segundo a autora, a magia ocorre na continuação deste contato com o lápis e o papel e esta permanência de prolongar este ato, permanece então o prazer da criança em desenhar.

Mediante as ponderações evidenciadas aqui o grafismo infantil apresentam características próprias conferindo ao ato de desenhar uma reflexão acerca da autonomia instituindo o simbolismo contido em suas produções o desenvolvimento das emoções marcadas pela subjetividade contidas no desenho. Salientamos que a base do desenho perpassa questões históricas e sociais, conferindo as representações gráficas da infância um reafirmando questões indenitárias da criança, com a contextualização sobre sua realidade.

Portanto parte-se do pressuposto de considerar a intervenção pedagógica executada pelos professores, pois representam um dos principais observadores do processo artístico na infância fazendo-se necessária a compreensão de sua prática pedagógica a respeito das possibilidades de desenvolvimento cognitivo propiciados pelo desenho infantil bem como na valorização e construção da identidade social da criança.

### **3. METODOLOGIA ADOTADA NA PESQUISA**

Esta seção tem o objetivo de apresentar aspectos metodológicos utilizados para na elaboração da pesquisa. Trata-se de evidenciar os pressupostos teóricos bem como apresentar os instrumentos aplicados para obtenção da investigação.

#### **3.1 Procedimentos Metodológicos**

Para efetivação da metodologia, necessitou-se de um contato inicial com a direção e coordenação do centro de educação infantil investigado, sendo aceito o desenvolvimento da pesquisa e posteriormente foram realizadas observações na sala da creche III e aplicação de questionários com a diretora, a coordenadora pedagógica e as professoras de referência e a que leciona a disciplina de arte. Logo após foi assinado o termo de Consentimento Livre e Esclarecimento por todos envolvidos que responderam o questionário (que segue em anexo), iniciando-se os procedimentos de coleta de dados a observação e o questionário.

A presente pesquisa tem por característica um estudo de caso que segundo Lüdke e André (1986, p. 17) o estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular. Elucidam que o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo.

Partindo-se de uma abordagem qualitativa que segundo Lüdke e André (1986) é um ambiente natural em que o pesquisador tem contato direto com o seu local ou indivíduo da pesquisa.

Considerando essa perspectiva, estuda-se em uma pesquisa qualitativa o que não poderá ser quantificado, isto é, fenômenos humanos, investigação do mundo e seus significados, interação social.

Sendo assim, as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que possa entendê-lo. Da mesma maneira que as pessoas, os gestos, as palavras estudadas devem ser sempre referenciadas ao contexto onde aparecem (LUDKE, ANDRÉ, 1986, p.12).

A pesquisa qualitativa é subdividida em cinco possibilidades de metodologias, sendo elas: pesquisa documental, que examina documentos. Etnografia - o pesquisador fixa-se em um determinado local, observando o comportamento dos indivíduos, tendo participação direta. Fenomenologia - reflexão sobre a experiência de vida do indivíduo acreditando na

existência que permeiam as questões do estudo. Teoria fundamentada em dados - este estudo foca no comportamento das pessoas, no que se refere a sentidos e interações sociais, baseados na realidade. E por último cuja ferramenta que utilizamos, ou seja, é o estudo de caso - que é análise profunda de um objeto de estudo (ANDRÉ, LUDKE, 1986, p. 17).

Portanto visando desenvolver uma pesquisa com análise a aspectos singulares justifica-se a necessidade de utilizar um estudo de caso.

Gil (2002), afirma que a pesquisa bibliográfica e de campo tem por características desenvolver uma pesquisa com base em estudos ou materiais já elaborados, estudos estes encontrados em livros e artigos. Desta forma, o estudo de caso, tem por objetivo analisar um indivíduo ou grupo com observações das especificidades de cunho social.

A respeito das observações, foi construído um diário de campo, com o objetivo de registrar o desenvolvimento das aulas assistidas, com enfoque nas práticas pedagógicas das professoras e a adoção do desenho infantil como ferramenta de avaliação. Desta maneira, percebemos que é de extrema importância considerar aspectos da rotina e suas particularidades do ambiente pesquisado, bem como o pesquisador necessita assumir uma postura imparcial de suas observações e coletas de dados.

Destacamos que todas as coletas de dados são essenciais e posteriores faz-se necessário a análise de dados que por ventura forem coletados.

Ludke e André (1986, p.45) corroboram que:

Analisar os dados qualitativos significa —trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observações, as transcrições de entrevista, as análises de documento e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento, essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e interferências num nível de abstração mais elevado. A análise está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados.

O pesquisador necessita investigar a veracidade dos fatos pertinentes a sua pesquisa, portanto foram utilizados os instrumentos de pesquisa o questionário e a observação em cinco dias letivos na instituição, totalizando vinte e cinco horas. Segundo Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo

conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

No que se referem ao questionário executado pelas professoras e coordenadora com o objetivo de compreender a prática pedagógica no reconhecimento da proposta pedagógica institucional bem como as dificuldades enfrentadas devido as reformulações acordadas pela Base Nacional Comum Curricular duas de abertas e seis perguntas múltipla escolha, com abertura para justificativas.

Para a direção, sete indagações, três abertas e quatro de múltipla escolha, não ultrapassando três alternativas, ainda dando espaço para justificativas. Questionários estes que foram elaborados a partir das dúvidas no que diz respeito ao desenho infantil e sua incorporação nas novas normativas educacionais ocasionadas pela implementação da base nacional comum curricular.

Com a apresentação das perguntas aos professores, na quais foram direcionadas as práticas pedagógicas, a fim de confrontar as respostas com os referenciais teóricos, tais como BNCC (2019), DERDYK (2003), PEIXOTO (2013) e outros. Ainda entendemos a necessidade de questionar a direção e a coordenação, uma vez que os professores estão passando por treinamento para atender as exigências instituídas pela nova política educacional (estudo de caso) está sendo desenvolvida no centro de ensino infantil pesquisado.

### **3.2 Caracterização da Instituição Pesquisada**

A pesquisa foi desenvolvida em um Centro de Educação Infantil (CEINF) rede pública da cidade de Ponta Porã-MS. Esta instituição que pertence à rede Municipal foi definida por CE<sup>1</sup>, e esta localizada na região norte da cidade. Foram adotados nomes fictícios, tanto para as escolas quanto para os sujeitos, para manter anonimato, respeitando assim os princípios éticos de uma pesquisa científica e o que prevê o Termo de Livre Esclarecimento e Autorização Institucional para fazer a pesquisa.

Conseguimos recolher todos os questionários respondidos, e para a análise de dados, optamos em manter em sigilo a identidade de cada sujeito participante da pesquisa. Logo, adotamos tais nomenclaturas que seguem abaixo em quadro para caracterizá-los:

### 3.3 Quadro 1 - Identificação dos profissionais da Instituição

Profissional	Formação	Especialização	Tempo de Atuação
D1 (Diretora)	Educação Infantil, nas Faculdades Magsul (2004)  Técnica Estética, Universidade Unigran (2009)	Metodologias do Ensino Superior	3 anos
C1 (Coordenadora)	Pedagogia, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1982)	Metodologias do Ensino Superior	26 anos
P1 (Professora de Referência)	Pedagogia, na Faculdades Magsul (2000)	Educação Infantil e Anos Iniciais	19 anos
P2 (Professora de Arte)	Pedagogia, na Unopar (2008)	Educação Infantil e Anos Iniciais	1 ano

**Fonte:** Da pesquisadora

A pesquisa tem o caráter de observação não-participante, que segundo Lakatos e Marconi (2003, p.193), na observação não-participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela. Sendo assim, não interferimos na realidade da escola pesquisada, pois éramos apenas um elemento observador.

Ao realizar esta pesquisa, foi proposto em seu objetivo: a investigação das possíveis práticas pedagógicas ou ações dos professores e gestão pedagógica acerca da utilização do desenho como ferramenta avaliativa. Considerando autores como: Libâneo (1994), que postula que avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos, onde os dados coletados no decurso do processo de ensino, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor.

A existência de uma reformulação educacional produz dificuldades encontradas pelos professores no que se refere a prática pedagógica e na elaboração efetiva da avaliação. Enfim, utilizamos as observações e os questionários para confrontar o que os autores afirmam sobre o tema. Salientamos que na presente pesquisa, a investigação foi direcionada para as práticas pedagógicas das professoras de referência e a que leciona a disciplina de arte, procurando evidenciar quais as contribuições avaliativas acerca do desenho infantil bem como está inserido no currículo educacional em vigência.

Na análise dos dados, utilizamos as técnicas de categorização que segundo Minayo (1994) consiste em um método de agrupar dados, considerando a parte comum existente entre eles. Sendo utilizado para auxiliar na redução de dados, ou seja, agrupamento de todo o conteúdo significativo assim, possibilitar a incorporação de todas as unidades observadas.

#### **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Pretende-se nesta seção apresentar os dados coletados mediante o estudo de caso desenvolvido, elencar questões acordadas acerca da prática pedagógica proferida. Salientando que ao analisado diz respeito às práticas adotadas pela gestão pedagógica e a utilização do desenho como ferramenta avaliativa das crianças da creche III, em um Centro de Educação infantil de Ponta Porã-MS. Confrontando as respostas da diretora, coordenadora e das Professoras de Referência e a de Arte.

##### **4.1 Projeto Político Pedagógico da Instituição**

Em um primeiro momento realizamos a análise da Proposta Política Pedagógica afim de compreender a composição educacional bem como os estruturação física e pedagógica proferidas na instituição, com ênfase na avaliação.

O Projeto Político Pedagógico apresentado pela instituição tem contido sua data de elaboração no ano de 2016, até o presente momento da elaboração desta pesquisa no ano de 2019 não houve quais alterações ou modificação no documento apresentado.

Segundo escrita presente no Projeto Político Pedagógico (PPP, 2016), a instituição atende os níveis de ensino em funcionamento na Educação Infantil – Berçário II Maternal I, Maternal II, Jardim I e Jardim II. Fato que comprova que não houve reformulação haja vista que as nomenclaturas sofreram alterações com a nova política educacional.

De acordo com a BNCC (2019, p.44) :

Reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão sequencialmente organizados em três grupos por faixa etária, que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças, conforme indicado na figura a seguir. A Creche oferece atendimento de (bebês de zero a 1 ano e 6 meses) a (crianças pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e a Pré-escola com (crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses).

O Projeto Político Pedagógico estrutura-se com a apresentação das questões pedagógicas bem como estruturais, como objetivo da pesquisa é analisar a prática avaliativas desenvolvidas no CE<sup>1</sup> a seção que o documento trás acerca da avaliação com a referida escrita (PPP, 2016), Entendemos a avaliação como processo contínuo, que existe a partir do instante que nasce a intenção de um projeto, até o dia em que seus efeitos e resultados possam ser ligados e atribuídos a este mesmo projeto, deve, ser integrado ao planejamento, à execução e à conclusão de cada uma das partes que o compõem. Vão se articular as avaliações diagnósticas, formativas e somativas para a construção da aprendizagem significativa.

Apresentando ainda as diferentes formas avaliativas desenvolvidas e descritas no documento apresenta-se:

**Avaliação da Educação Infantil:** serão desenvolvidas as modalidades de Formativa e Processual, não menosprezando a Diagnóstica que deve estar presente em todos os momentos, para realimentar o planejamento do professor.

**Processual:** Consiste na avaliação do desenvolvimento, avanços e dificuldades da criança, fortalecendo a sua autoestima, destina-se a auxiliar no processo de aprendizagem.

**Formativa:** Se fundamenta nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e, em aprendizagens significativas nas diferentes situações relacionais com acompanhamento do professor, visa coletar informações a respeito do desenvolvimento global da criança no que se refere à sua sociabilização e aprendizagem, compatíveis com os objetivos programados no bimestre.

**Avaliação institucional:** É um processo global, contínuo e sistemático, competente, legítimo e participativo, envolvendo agentes internos e externos. É uma fotografia da realidade, de onde são retirados dados consistentes para melhoria da qualidade da instituição de ensino.

**Avaliação Educacional:** Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. Apontar aquilo que o aluno não consegue realizar ou não sabe, só faz sentido numa perspectiva de possível superação, quando o professor detém conhecimento sobre as reais possibilidades de avanço do aluno e sobre as possibilidades que ele tem para ajudá-lo (PPP, 2016, p. 38-39).

Munidas das informações prévias no que tange aspectos contidos no Projeto Político Pedagógico foram desenvolvidos questionários com a abordagem de questões pertinentes a proposta pedagógica, bem com as normativas educacionais em vigência, com o objetivo de analisar o envolvimento da diretora, coordenadora e as professoras as questões pertinentes à elaboração da proposta pedagógica da instituição.

#### **4.2 Considerações do Projeto Político Pedagógico**

Mediantes os levantamentos coletados com o estudo do Projeto Político Pedagógico do no que se refere a sua construção quando que questionadas se houve a participação coletiva na de todos os setores em sua elaboração a D1 e C1 relataram que existiu a construção coletiva da proposta pedagógica da instituição.

As respostas se divergem em relação assinaladas pela P1 e P2 às perguntas referem-se a proposta pedagógica, como são desenvolvidas as práticas avaliativas tendo por finalidade verificar se realmente o projeto contou com a colaboração das professoras. Constatou-se que as professoras não possuem conhecimentos sobre o que a proposta pedagógica menciona acerca da avaliação, pois nenhum dos dois questionários continha às respostas corretas.

A P2 relatou verbalmente não ter conhecimento dos objetivos descritos na proposta pedagógica da instituição, solicitando um tempo maior para responder as questões afim de analisar quais das opções estariam contidas no (PPP, 2016).

Uma questão analisada a partir observação à instituição estava desenvolvendo a avaliação institucional interna destinada somente ao corpo docente, caracterizando uma exclusão aos outros setores da instituição constatando-se na prática que a instituição não desenvolve a participação coletiva.

#### **4.3 Orientações Pedagógicas do Planejamento**

No que diz respeito ao planejamento das aulas e das práticas, notamos que as aulas não apresentam nenhuma modificação avaliativa, segundo as observações realizadas. Percebemos que os professores fazem o plano quinzenalmente, onde a coordenadora orienta no momento em que realiza o acompanhamento do planejamento P1 relatou:

Que o diálogo entre coordenador e professor se dá sempre que haja, necessidade de melhoria para atingir os objetivos propostos na BNCC (QUESTIONÁRIO,P1, 2019).

Notamos que os planejamentos não dispõem de uma organização avaliativa acerca do desenho infantil não utilizando esta importante ferramenta de intervenção pedagógica.

Em análise as reformulações educacionais acordadas pela Base Nacional Comum Curricular foram indagadas a respeito de que maneira receberiam a orientação do coordenador na execução do planejamento educacional as respostas das P1 e P2 apresentaram diferenças.

A P1 assinalou a questão que traz a realização de grupos de estudos onde a coletividade seria desenvolvida. Discorrendo ainda a seguinte afirmação:

São organizados momentos de estudos onde temos a oportunidade de expor nossos anseios e dúvidas com relação a BNCC normalmente através de módulos (QUESTIONÁRIO, P1, 2019).

Vale ressaltarmos que para esta mesma questão a P2, somente assinalou outra questão a qual retrata no momento em que realiza o planejamento e a coordenadora vista não acrescentou nenhuma justificativa, mas relatou verbalmente que suas horas são distribuídas em mais uma instituições, dificultando-se a elaboração de seu planejamento.

#### **4.4 Flexibilização Curriculares e Avaliativas**

Quando solicitados a responder acerca das exigências contida pela Base Nacional Comum Curricular e a preparação para atender as novas normativas educacionais a C1 e P2 assinalaram que sim e justificaram suas respostas:

P2 Sempre estou buscando o melhor para meus estudantes através de pesquisas e cursos.

C1 Sinto-me preparada, pois constantemente estou atualizando minhas leituras e discussões diante do assunto. Também participei de diversas formações continuadas, assim como capacitei também os professores da instituição que trabalho (QUESTIONÁRIO, 2019) .

Diferentemente a P1 relatou verbalmente estar sofrendo com as novas exigências da BNCC tanto que assinalou a alternativa em partes.

Sair da zona de conforto, sempre assusta, nos deixando inseguros porém quando estamos todos caminhando para o mesmo lado, ou seja, a melhoria

na educação incluindo a base que é a educação infantil mesmo sabendo que teremos erros e acertos e principalmente que a jornada é longa até a total efetivação é inevitável seguir em frente, questionando sempre e buscando soluções juntos (QUESTIONÁRIO, P1, 2019).

Mediante os diálogos e as observações constatamos que as professoras apresentam dificuldades no que tange o campo da avaliação do desenho infantil quando perguntas quais as ferramentas de Intervenção Pedagógicas são desenvolvidas na instituição a C1 relatou:

Atividades aplicadas após cada conteúdo com as observações do professor quanto ao desenvolvimento do aluno. Levando em consideração que aqui na instituição trabalhamos com o nível de Educação Infantil. Que a observação na oralidade, criatividade na execução. Não temos avaliações escritas, mas as observações nas atividades são desenvolvidas. (QUESTIONÁRIO, C1, 2019).

Em consideração a resposta desenvolvida pela C1, “afirmou quais métodos avaliativos são utilizados na avaliação diagnóstica, formativa, relatórios individuais dos alunos, avaliações diárias nas atividades, conteúdos propostos aplicamos atividades diferenciadas como forma de avaliação institucional”. No entanto, diante das aulas observadas, não notamos nenhuma adaptação ou diferenciação dos conteúdos como forma avaliativa.

As P1 e P2 apontaram a utilização do Desenho Infantil recurso utilizado no método avaliativo com destaque a essas afirmações:

Através da observação dos registros pode-se obter a progressão da criança de maneira comparativa de dois ou mais momentos. Suas preferências e dificuldades, conhecer hábitos, realidade o mundo da criança (QUESTIONÁRIO, P1, 2019).

O desenho é de suma importância na Educação Infantil desenhando a criança mobiliza tantos processos cognitivos e motores que estão em desenvolvimentos (QUESTIONÁRIO, P2, 2019).

Notamos com as observações que os desenhos são só avaliados pela P1, pois no período de observação utiliza o desenho como medidor de desenvolvimento do aluno desenvolvendo por meio de uma avaliação individual onde as crianças desenharam suas estruturas corporais servindo de parâmetro para a realização ao final de cada bimestre.

Relatando verbalmente que está prática auxilia na compreensão das potencialidades desenvolvidas pelas crianças em uma progressão de tempo.

Imagem 1: Avaliação do Desenho da P1



Fonte: Acervo pessoal (ACOSTA, 2019).

Imagem 2: Desenho Livre das Crianças



Fonte: Acervo pessoal (ACOSTA, 2019).

Percebemos que a P2 em sua prática que não utiliza o desenho como recurso avaliativo haja vista que desenvolve atividades com impressões de imagens limitando assim as manifestações artísticas de seus alunos.

Imagem 3: Atividades Desenvolvida pela P2



Fonte: Acervo Pessoal (ACOSTA, 2019).

Imagem 4: Atividades Desenvolvida pela P1



Fonte: Acervo pessoal (ACOSTA,2019).

#### 4.5 Formação continuada e Adaptações Curriculares

Quando questionadas se a instituição estaria no que refere se a formação continuada com a finalidade de discutir acerca das adaptações curriculares sancionadas pela nova Base Educacional as respostas foram unânimes, isto é, que a instituição dispõe de formações continuadas. As professoras ressaltaram a necessidade de formação continuada, com maior profundidade no que abarca as novas questões curriculares. P1 sinaliza que “Estão oferecendo cursos de capacitação onde são incluídos de forma alguns temas da BNCC tais como: Modo de avaliação; a importância do educar, cuidar e brincar na educação infantil, a criança como um ser ativo no processo, como será o planejamento e o diário online” (QUESTIONÁRIO, P1, 2019). Compreendemos então, que houve uma capacitação, onde as metodologias apresentadas não foram suficientes para sanar dúvidas acerca das possibilidades avaliativas.

Quando questionadas se a instituição está devidamente preparada para receber as exigências instituídas pela Base Nacional Comum Curricular no que tange estruturas físicas e pedagógicas desenvolvidas.

A D1 expôs verbalmente as insuficiências organizacionais tanto para suprir as barreiras da adaptação física, as quais não dependem apenas da instituição pesquisada, como sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de ensino D1 relatou

“A formação oferecida até o presente momento torna-se insuficiente no que concerne as reformulações institucionais, refletindo de forma direta na dificuldade no trato da nova proposta educacional onde alguns professores apresentam resistência as novas exigências”.

Em consonância a C1 relatou:

A falta de uma estrutura mais adequada no que tange: sala de tecnologia que não possui, acerca das questões tecnológicas, tem defasagem (QUESTIONÁRIO, C1, 2019).

Percebemos que as profissionais pesquisadas não se sentem preparadas para a nova reformulação curriculares expondo a insuficiência dos setores públicos no respaldo que concerne ações e medidas desenvolvidas no âmbito educacional. Portanto as profissionais citadas reconhecem que precisam aperfeiçoamento em suas práticas para auxiliar de forma significativa em sua prática pedagógica.

As respostas da Diretora e Coordenadora foram às atitudes adotadas na instituição para a incorporação das novas normativas educacionais como bem no que tange a questões

avaliativas. Embora, segundo as respostas obtidas das professoras e diante das observações realizadas, não foi percebida em sua totalidade ações que contemplem a nova reformulação educacional nem a consideração sobre aspectos avaliativos.

A BNCC as avaliações formativas, sofrem reformulações capazes de melhorar o processo de ensino com o objetivo de identificar dificuldades na aprendizagem. No âmbito nacional, as avaliações da BNCC ajudam a redefinir projeto educacional comum, com intenções e expectativas a serem cumpridas por todas as instituições de ensino do País.

De acordo com a BNCC (2019, p. 16):

Os currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade.

Postulamos a importância de novas formas educacionais bem como a adoção de metodologias que contemplem o desenvolvimento de abordagens avaliativas considerando a contextualização de conteúdos e componentes curriculares, com o objetivo de traçar estratégias que possibilitem a adoção reflexiva e consciente das práticas pedagógicas.

Considerar as formas de organização dos componentes curriculares, sobretudo no que concernem as manifestações artísticas conduz no fortalecimento das competências pedagógicas, possibilitando o manejo da participação da equipe escolar na adoção de reformulação de estratégias mais dinâmicas e colaborativas em relação ao ensino da aprendizagem.

Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos (BNCC, 2019, p.17).

Para um reelaboração e organização de currículos faz necessário um planejamento que contemplem propostas adequadas no reconhecimento de diversas formas e métodos de aprendizagem. Em suma, avaliamos que as práticas pedagógicas são realizadas pelas

professoras sem haver um direcionamento acerca das possibilidades metodológicas avaliativas descritas nas novas normativas educacionais contidas na Base Nacional Comum Curricular.

Portanto, considerar o desenho infantil como ferramenta de intervenção pedagógica torna-se restrito, pois o reconhecimento avaliativo deste importante recurso não foi constatado com tanta ênfase no campo avaliativo sendo até mesmo desprezado como método avaliativo ao ser substituído por imagéticos impressos o qual acaba por limitar a criatividade do aluno, bem como não fornecer subsídios significativos para avaliação.

Em reconhecimento da pesquisa desenvolvida constatou-se com veemência a relevância da temática partindo do ponto de partida da escolha do tema, o Desenho Infantil contribui desde os primórdios das civilizações como forma de manifestação cultural e social, acreditamos que a experiência experimentada pela pesquisadora contribui para um olhar consciente das relações que a criança vincula no ato de desenhar como importante mecanismo de comunicação e manifestação das emoções que auxiliam de forma direta no desenvolvimento da práxia global da criança.

Bem como o exposto às novas leis de normativas da Educação Infantil contribui para o desenvolvimento global do aluno como agente na construção do conhecimento em consideração a estas concepções torna-se imprescindível a colaboração do docente de forma ativa, visando contribuir na formação das capacidades e potencialidades dos alunos.

Salientando que o aporte teórico utilizado no transcorrer da pesquisa colabora para o entendimento de modo significativo da importância do desenho para a humanidade, conduzindo ao docente um olhar consciente acerca deste importante recurso como forma avaliativa ao considerar as representações gráficas de seus alunos os docentes concerne ao entendimento da personalidade afetiva e emocional de seus alunos, bem como podendo auxiliar no desenvolvimento da tonicidade imprescindível no desenvolvimento motor das crianças. A avaliação necessita acontecer de forma contínua com fundamentação das ações proferidas pelo o docente por meio do Desenho considerando a valorização de questões afetivas, sociais e motoras que são desenvolvidas nas aplicações deste recurso.

## **Considerações Finais**

Quando iniciamos esta pesquisa, nossas inquietações foram analisar as práticas pedagógicas mediante a qualificação dos educadores perante o perfil educacional em vigor bem como compreender a atualização de conhecimentos metodológicos e avaliativos acerca das representações gráficas adotadas na utilização do desenho infantil como recurso avaliativo. No decorrer da pesquisa, apresentamos ponderações disponibilizadas pelo aporte teórico que abordam a temática com ênfase no contexto educacional com o objetivo de compreender como as Políticas da Educação Nacional interferem na prática do docente.

Em detrimento das considerações apresentadas na pesquisa elencou-se a necessidade de contextualizações educacionais desde os primórdios da educação formal como o apresentado pautava-se em primeiro momento uma educação que visava o assistencialismo com o objetivo de amparo social para atender a nova reorganização social apresentada pela sociedade capitalista. Por um longo período a educação apresentou o caráter de instituição de aparato familiar.

No Brasil está visão que a instituição escolar propunha mudou somente com a constituição federal de 1988, que redefiniu a questão organizacional, bem como assegurar e conferir novas bases educacionais como o ingresso da modalidade da educação infantil na educação básica representando um importante marco nas ações destinadas a infância.

Na atualidade o ensino regular vem sofrendo uma importante reformulação estrutural e organizacional dos currículos com a adesão de eixos normativos que visam remodelar a aplicabilidade de componentes curriculares na prática do docente. a área educacional acompanha esta reformulação sofrendo algumas transformações asseguradas e regidas por leis e normativas desenvolvidas no transcorrer da obtivemos os seguintes resultados.

Partindo deste pressuposto procuramos analisar como a avaliação educacional foi reformulada em decorrência das novas normativas educacionais defendidas pela Base Nacional Comum Curricular, proferindo ao o uso do desenho infantil como facilitar no processo de ensino-aprendizagem, o desenho como uma ferramenta de intervenção pedagógica auxilia de forma significativa na prática do docente com a adesão a relevância deste importante recurso que auxilia na compreensão da práxia global do aluno, bem como na mais sincera e pura forma de expressividade e comunicação.

Como o apresentado as representações gráficas acompanham a humanidade desde suas primeiras civilizações auxiliando na compreensão de questões sociais e culturais produzidas pela humanidade em diversos momentos históricos registrados por meio de desenhos executados pelo o homem. Considerando a inerência dessa expressiva manifestação a infância necessita ser considerada como a fase em que mais se destaca na elaboração do desenho.

A criança, ao visualizar uma forma em meio aos rabiscos, manifesta a sua capacidade de percebê-las. A forma pode ser associada ou não a uma figura. Do todo, antes indiferenciado, nasce o mundo das formas. A criança torna-se sensível às diferentes partes do corpo. Similarmente, ela desenvolve sua capacidade de discernir, distinguir, qualificar, percebendo semelhanças e diferenças entre os objetos e os grupos de objetos (DERDYK, 2003 p.75).

A criança utiliza o desenho como um dos primeiros recursos facilitadores no processo de criatividade e expressividade retratando de forma lúdica aspectos operacional e imaginário contemplativo configurando-se um importante aparato pedagógico na prática do docente.

Munido das ponderações teóricas e avaliativas partimos para elaboração do estudo de caso no decorrer da elaboração podemos analisar com veemência educacionais ocasionadas pela novas políticas educacionais acordadas pela Base Nacional Comum Curricular, como o fato de capacitação dos professores para compreensão das novas exigências educacionais.

Em decorrência das experiências vivenciadas pela a pesquisadora evidenciou-se o despreparo das professoras pesquisadas no lidar com aspectos avaliativos algumas respostas apresentam contradições, pois alguns dos sujeitos responsáveis pela gestão educacional relatam que existe a construção coletiva da proposta da política pedagógica isso foi refutado pela as docentes pesquisadas onde as mesmas não souberam responder com exatidão as perguntas selecionadas a partir do estudo da proposta política pedagógica da instituição.

Contudo, durante as observações não foi visto quase nada durante as aulas, no que se referem às formas avaliativas a partir do desenho infantil na prática dos docentes, com ressalva somente de um momento executado pela professora de referência que utilizou de forma esporádica a avaliação individualizada do aluno na representação gráfica.

Diante as observações as docentes em sua totalidade não trazem nada proposto para a aula, que auxiliam no desenvolvimento gráfico das crianças de forma significativa, somente com a elaboração e utilização de desenhos previamente selecionados e executados com o objetivo de finalizar conteúdos sem a consideração avaliativa.

Então, as considerações finais acerca da pesquisa são de que fato o Grafismo Infantil representa uma importante ferramenta de intervenção pedagógica para o docente, em

decorrência das práticas realizadas para elaboração deste trabalho evidenciou-se a falta de comprometimento e conhecimento de alguns profissionais no que se refere à utilização gráfica como forma avaliativa.

A presente pesquisa não se dá por encerrada, pois se pretende ainda analisar as lacunas aqui deixadas por meio de novas pesquisas. Embora seja relativamente certo que, busquemos enquanto professores práticas ideais e conscientes, no contexto de avaliação do aluno promovendo a valorização de suas capacidades e habilidades.

## REFERÊNCIAS

### Normatizações Nacionais e Locais

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Brasília: Coordenação de Publicações, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília: 1996.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: 1998.
- \_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2019.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico**. Ponta Porã - MS: CEINF, 2016.

### Livros e Artigos Científicos

- BRECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- COLL, César *et al.* **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus Editora, 2013.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- PEIXOTO, Simone. **Pensar o Desenho: linguagem, história e prática**. Guarapuava: Unicentro, 2013.
- KUHLMANN JR. Moysés, M. **Infância e educação Infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- PILLAR, Analice Dutra. **Desenho e escrita como sistemas de representações- 2**. Ed.rev.ampl. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Penso, 2012.
- DERDYK, Edith. **Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil**. São Paulo: 2003.

IAVELBERG, Rosa. **O desenho cultivado da criança: prática e formação de educadores**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

LUQUET, Georges-Henri. **O desenho infantil**. Barcelona, Porto Civilização, 1969.

MÈREDIEU, Florence de. **O desenho infantil**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BUJES, M. I. E. Escola Infantil: Pra que te Quero? In: CRAIDY, M.; KAERCHER, G. E. P. **S. Educação Infantil**. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 13-22.

DIDONET, Vital. **Não há educação sem cuidado**. Revista pátio - educação infantil. Porto Alegre, n. 1. P. 6-9, abr/jul.2003.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584

ROSEMBERG, Fúlvia. **Panorama da educação infantil brasileira nos anos 1990**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, mimeo, 2002.

LEITE FILHO, A. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: GARCIA, R. L; LEITE FILHO, A. (Orgs.). **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Coleção O sentido da escola;18).

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 1988. (Coleção Docência em Formação)

**APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Ponta Porã-MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Ilustríssimo (a) Senhor (a)

Eu, Carmem Alice Acosta responsável principal pela pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com nome “O Grafismo Infantil como fonte para o desenvolvimento ensino e aprendizagem para crianças de 03 a 04 anos na Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã-MS”, venho pelo presente, solicitar vossa autorização para realizar esta pesquisa no CEINF PROF<sup>a</sup> Eugênia Gonzalez da Silva , para observações de algumas aulas na Creche III da Educação Infantil e aplicação de instrumento de pesquisa para os sujeitos estabelecidos para a mesma, sendo este orientado pela professora Especialista Genivaldo Antonio Alves.

Este TCC tem como objetivo principal investigar e perfilar as atitudes da equipe pedagógica frente à tônica do grafismo infantil. Os procedimentos adotados serão observação não-participante, questionários e entrevistas. Esta atividade não apresentará riscos aos sujeitos participantes e acontecerá no período matutino na sala da Creche III da Educação Infantil, terá 25 observações (uma semana letiva). Espera-se com esta pesquisa, identificar o quão os professores estão preparados mediante o perfil educacional em vigor bem como analisar as atualizações de conhecimentos metodológicos e avaliativos acerca das representações gráficas, caso seja, será que enquanto docentes estamos preparados para utilizar o grafismo infantil como ferramenta de intervenção pedagógica no processo de avaliação destas crianças?. Qualquer informação adicional poderá ser obtida nas Faculdades Magsul, no Curso de Pedagogia, no endereço: Av. Presidente Vargas, 725 – Centro – Tel.: (67) 3437-3804 Ponta Porã-MS, E-mail: magsul@terra.com.br e pelos pesquisadores (orientador – genyartista@hotmail.com, contato: (67) 9 9971-9541 e orientanda – carmemacosta123@gmail.com , contato: (67) 9 98865295

A qualquer momento vossa senhoria poderá solicitar esclarecimento sobre o desenvolvimento do TCC que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de cobrança, poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para solucionar ou contornar qualquer mal estar que possa surgir em decorrência da pesquisa.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para apresentação e defesa do TCC para uma banca avaliadora, assim como para publicação de artigos científicos e que, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de vossa instituição como nome, endereço e outras informações pessoais não serão em hipótese alguma publicados, pois serão adotados termos fictícios. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento.

### **Autorização Institucional**

Eu, \_\_\_\_\_ responsável \_\_\_\_\_ declaro que fui informada dos objetivos da pesquisa acima, e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Caso necessário, a qualquer momento como instituição coparticipante desta pesquisa poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo a esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição. Declaro também, que não recebemos qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Pesquisadora	Responsável pela Instituição
--------------	------------------------------

Orientadora
-------------

Documento em duas vias:

1ª via instituição

2ª via pesquisadores

Observação: informamos que no curso de graduação o responsável pela pesquisa é o professor/orientador.

## **APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA**

Título do trabalho de conclusão: O Grafismo Infantil como fonte para o desenvolvimento ensino e aprendizagem para crianças de 03 a 04 anos da Rede Municipal de Ponta Porã-MS

Pesquisador responsável: Carmem Alice Acosta

Telefone para contato: (67) 9 98865295

A intenção da pesquisa é investigar e perfilar as atitudes da equipe pedagógica frente à tônica do Grafismo Infantil. Quais as metodologias adotadas ou “não” pelo professor na tentativa de ajudar no desenvolvimento das crianças. Investigar se existem dificuldades para o professor. Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo geral investigar e perfilar as atitudes da equipe pedagógica acerca das representações gráficas perante o perfil educacional em vigor bem como as atualizações de conhecimentos metodológicos e avaliativos.

Sendo sujeito dessa pesquisa, sua participação não trará nenhum tipo de risco, prejuízo, desconforto ou lesão. Portanto não haverá, em decorrência dessa participação, indenizações ou despesas. Sua participação é relevante e imprescindível tanto para a sociedade em geral quanto para sociedade científica, pois, ajudará no esclarecimento de vários elementos atinentes ao desenvolvimento da pesquisa tanto na formação quanto após a formação. Deste modo, sua participação resume-se a responder a questionário mediante roteiro elaborado previamente. Os dados coletados servirão de suporte para análise que comporá uma pesquisa a ser apresentada na conclusão do curso de Pedagogia das Faculdades Magsul, e se aprovado, publicado nos diversos órgãos de divulgação científica.

O período de sua participação nessa pesquisa resume-se ao tempo de responder ao questionário. Será garantido o sigilo e anonimato, portanto, não há riscos de identificação de sua pessoa ou das respectivas respostas dadas. Há ainda a possibilidade da retirada do

consentimento a qualquer tempo, bastando, para isso, entrar em contato com o (a) pesquisador (a) já identificado (a).

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo, como sujeito. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Ponta Porã / /2019.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar**

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome:

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORA (D)<sup>1</sup>

Formação: \_\_\_\_\_ Ano de Formação: \_\_\_\_\_

Instituição de Formação: \_\_\_\_\_

Titulação: Especialização ( )

Mestrado ( )

Doutorado ( )

Titulação em: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tempo de atuação na atual posição \_\_\_\_\_

### Referente ao Funcionamento Institucional

**1. Há quanto tempo Desempenha o cargo de Diretora?**

\_\_\_\_\_

**2. A construção da Proposta Pedagógica em vigor na Instituição contou com Participação Coletiva de todos os setores durante sua elaboração?**

a) Sim

b) Não

**Comente:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

<sup>1</sup> Será identificado na pesquisa com o codinome de D1

**3. Atualmente como acontece o acompanhamento e/ou intervenção referente aos Descritores Avaliativos que o CEINF desenvolve?**

---



---



---



---



---

**4. Referente aos profissionais da educação da escola, como foi ou como está sendo a adaptação dos professores a novas normativas educacionais contidas na Base Nacional Comum Curricular?**

( ) Tranquilo, pois a aceitação e o fazer da implementação curricular não estão sendo problema.

( ) Complicado, pois ainda encontro resistências e/ou dificuldades de alguns para o trato com a nova Proposta Educacional.

**Explique:**

---



---



---



---

**5. Entendemos, em um contexto geral, das dificuldades em trazer novas Diretrizes Educacionais como aliada para a escolarização das crianças. Diretora os Professores tem se mostrado participativo?**

- a) Um pouco
- b) Não
- c) Sim
- d) Outros

**Comente:**

---



---



---



---



---



---



---

**6. Enquanto Diretora do CEINF a senhora pensa que a instituição está devidamente preparada para receber as exigências instituídas pela Base Nacional Comum Curricular no que tange estruturas arquitetônicas, de pessoal atuante da escola, pedagógicos, curriculares e avaliação?**

**Comente:**

---

---

---

---

---

---

**7. A escola já promoveu alguma formação continuada aos professores e aos demais profissionais da escola? De que maneira?**

- a) Sim, pequenos grupos de estudos.
- b) Sim, trazendo profissionais de fora para o auxílio da escola.
- c) Sim, com reuniões e discussões com ênfase ao aluno Pedro.
- d) Sim, as formações ficam por responsabilidades das técnicas de Educação da Secretaria de Educação.
- e) Não, por não sabermos como proceder.
- f) Não, por resistência dos demais grupos da escola.

**Comente:**

---

---

---

---

---

---

## APÊNDICE D - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA O A COORDENADORA(C)<sup>1</sup>

Formação: \_\_\_\_\_ Ano de Formação: \_\_\_\_\_

Instituição de Formação: \_\_\_\_\_

Titulação: Especialização ( )

Mestrado ( )

Doutorado ( )

Titulação em: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tempo de atuação na atual posição \_\_\_\_\_

### Referente à Organização Pedagógica

**1. Há quanto tempo Desempenha o cargo de Coordenação Pedagógica?**

\_\_\_\_\_

**2. A construção da Proposta Pedagógica em vigor na Instituição contou com Participação Coletiva de todos os setores durante sua elaboração?**

a) Sim

b) Não

**Comente:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**3. Enquanto coordenador de que maneira acontece o seu acompanhamento junto aos professores referente ao planejamento?**

a) Quinzenal e com observações em sala de aula esporádicas

b) Mensal e com observações em sala de aula esporádicas.

c) Mensal em reuniões pedagógicas.

d) Outros \_\_\_\_\_

**4. Com relação à Base Nacional Comum Curricular de que maneira orienta os professores na execução de Planejamento Educacional?**

- a) Ainda não temos um norte a seguir, pois não sabemos como proceder.
- b) No momento em que realizo o acompanhamento do planejamento.
- c) Realizamos grupos de estudos e estudamos juntos.
- d) Procuo trazer profissionais de fora para nos orientar como proceder em todos os aspectos.

**5. Sente-se preparado no trato e nas flexibilizações curriculares e avaliativas referente às exigências solicitadas pela Base Nacional Comum Curricular?**

- a) Sim
- b) Não
- c) Em parte

**Justifique:**

---



---



---



---



---



---



---

**6. Respostas de avaliação conjugada**

**a) Mediante ao uso de Recursos Avaliativos, quais são os métodos orientados para utilização da Prática Docente?**

**Exemplifique como procede:**

---



---



---



---

**b) Quais ferramentas de Intervenção Pedagógicas são orientadas como Formas Avaliativas?**

**Exemplifique como procede:**

---



---



---



---

---

---

**7. A escola já promoveu alguma formação continuada aos professores e aos demais profissionais da escola no que tange a Base Nacional Comum Curricular? De que maneira?**

- a) Sim, pequenos grupos de estudos.
- b) Sim, trazendo profissionais de fora para o auxílio da escola.
- c) Sim, com reuniões e discussões com ênfase na Reformulação Educacional.
- d) Sim, as formações ficam por responsabilidades das técnicas de Educação da Secretaria de Educação.
- e) Não, por não sabermos como proceder.

**Se preferir, comente algo:**

---

---

---

---

---

---

**8. Enquanto coordenador pensa que o CEINF está devidamente preparado para receber as exigências instituídas pela Base Nacional Comum Curricular no que tange estruturas arquitetônicas, de pessoal atuante da escola, pedagógicos, curriculares e avaliação?**

**Comente:**

---

---

---

---

---

---

Sem mais e muitíssimo obrigada pela cordialidade em nós receber.

## APÊNDICE E - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORAS (P)<sup>1</sup>e (P)<sup>2</sup>

Formação: \_\_\_\_\_ Ano de Formação: \_\_\_\_\_

Instituição de Formação: \_\_\_\_\_

Titulação: Especialização ( )

Mestrado ( )

Doutorado ( )

Titulação em: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Professor de: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação na atual função \_\_\_\_\_

### Referente à Prática Pedagógica

#### 1. Em análise a Proposta Pedagógica da Instituição, como são desenvolvidas as práticas Avaliativas?

- a) O professor refletindo sobre seu trabalho poderá adequar sua prática à necessidade das crianças, para que continuem a aprender.
- b) Para garantir um bom resultado com os alunos o professor, não pode esquecer que Educar e Cuidar são duas ações que devem ser caminhadas juntas.
- c) A avaliação deve ser contínua, considerando conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais desenvolvidos.

#### 2. Quais os instrumentos avaliativos utilizados para conhecer e identificar as Dificuldades e Potencialidades dos Alunos?

- a) Avaliação Formativa e Diagnóstica que deve estar presente em todos os momentos, para realimentar o planejamento do professor.
- b) A observação deve estar a serviço da identificação dos elementos que interferem nas relações de ensino-aprendizagem.

c) Uma ação importante de avaliação do trabalho pedagógico e do desenvolvimento infantil, que se dá mediante a observação e fichas avaliativas.

**3. Recebe orientações pedagógicas no que tange a planejamento do seu coordenador com que frequência?**

a) Quinzenal e com observações em sala de aula esporádicas

b) Mensal e com observações em sala de aula esporádicas.

c) Mensal em reuniões pedagógicas.

d) Outros \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**4. Em relação à Base Nacional Comum Curricular de que maneira recebe orientação do seu coordenador na execução de Planejamento Educacional?**

a) Ainda não temos um norte a seguir, pois não sabemos como proceder.

b) No momento em que realizo o planejamento e a coordenação vista.

c) Realizamos grupos de estudos e estudamos juntos.

d) Já foi proporcionada com profissionais de fora está orientação de como proceder.

**Comente:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5. Sente-se preparado no trato e nas flexibilizações curriculares e avaliativas referente às exigências solicitadas pela Base Nacional Comum Curricular?**

a) Sim

b) Não

c) Em parte

**Justifique:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 6. Respostas de avaliação conjugada

a) Mediante ao uso do Desenho Infantil, quais são os métodos avaliativos adotados?

**Exemplifique como procede:**

---



---



---



---



---



---

b) Recebeu alguma orientação para utilizar o Desenho Infantil como recurso avaliativo? Se sim de qual Profissional?

I - Sim, pelo (os) o (os) profissional (is) \_\_\_\_\_

II - Não, as realizo como acredito que seja ou da maneira que é possível naquele momento.

**7. A escola já promoveu alguma formação continuada aos Professores e aos demais profissionais da escola no que tange a Base Nacional Comum Curricular? De que maneira?**

a) Sim, pequenos grupos de estudos.

b) Sim, trazendo profissionais de fora para o auxílio da escola.

c) Sim, com reuniões e discussões com ênfase na Reformulação Educacional.

d) Sim, as formações ficam por responsabilidades das técnicas de Educação da Secretaria de Educação.

e) Não, por não sabermos como proceder.

**Se preferir, comente algo:** \_\_\_\_\_

---



---



---



---



---



---

**8. Professora acredita que o CEINF está devidamente preparado para receber as exigências instituídas pela Base Nacional Comum Curricular no que tange estruturas arquitetônicas, de pessoal atuante da escola, pedagógicos, curriculares e avaliação?**

**Comente:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Sem mais e muitíssimo obrigada pela cordialidade em nós receber.